



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 602 - DE 12 A 26 DE JANEIRO DE 2020 - R\$ 4,00

O imperialismo será derrotado no Oriente Médio pelo movimento revolucionário da maioria oprimida

Que os Estados Unidos saiam imediatamente do Iraque!

**Organizar a frente única anti-imperialista
para expulsar as potências opressoras
e impor a autodeterminação
das nações oprimidas**

**Não haverá paz entre as nações e nacionalidades
no Oriente Médio sob o domínio imperialista**

**Não se expulsará os Estados Unidos sem derrubar
do poder a oligarquia burguesa, que sujeita os
explorados por meio de divisões étnico-religiosas**

**Combater a política intervencionista de Trump e seus
lacaaios com o programa da revolução proletária e dos
Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio**

**Que a classe operária brasileira rechace o
apoio de Bolsonaro ao sanguinário Trump!**

Subserviência e interesses da burguesia nacional

A declaração de guerra de Trump ao Irã contou com o apoio do governo Bolsonaro. Certamente, era sabido que os iranianos não iriam responder nesse plano. Caso o atentado contra o Estado iraquiano se transformasse em guerra, as posições dos governos ficariam mais bem definidas. Bolsonaro teria, em princípio, de colocar o Brasil na rota militarista dos Estados Unidos. Limitou-se a declarar o seu apoio a Trump, sem que tivesse qualquer consequência prática. Um dos pilares desse governo é a fração burguesa do agronegócio. Justamente esses capitalistas pediram comedimento a Bolsonaro. Assinalaram que o Irã é o quinto importador de alimentos do Brasil. Uma parcela da diplomacia foi acionada para lembrar que o Brasil tem um histórico de neutralidade nesses casos. O compromisso mais consistente com Trump poderia prejudicar sensivelmente o comércio do Brasil, não só com o Irã, mas com todo o Oriente Médio.

A posição cautelosa das potências europeias, em particular, da Rússia, e da China, foi mencionada como importante para arrefecer o conflito e desarticular uma possível escalada bélica. A política do unilateralismo de Trump e a via da guerra comercial incomodam os opositores democratas norte-americanos, e preocupam a fração imperialista da Europa. Há uma contrapressão às imposições de Trump em sua guerra comercial. Os europeus não apoiaram a ruptura do acordo nuclear com o Irã, seguido do cerco econômico. O fato de terem de se sujeitar ao controle financeiro de Washington, ao ponto de ameaçar os monopólios, que insistem em manter seus negócios com o Irã, causa descontentamento em suas hostes. Imediatamente, recomendaram ao governo do Irã que evitasse um confronto com os Estados Unidos.

No dia seguinte ao atentado no aeroporto de Bagdá, desenvolvia-se internacionalmente uma enorme campanha pela tese de que a ninguém interessava uma guerra no Oriente Médio. Cabia ao Irã se conformar com a morte de seu histórico general nacionalista. Assistimos, em seguida, mísseis iranianos disparados contra as bases norte-americanas de Ain al-Assad e Irbil. Não passou de uma paródia de resposta militar à agressão do imperialismo norte-americano. Os exportadores brasileiros respiraram aliviados. A declaração de Bolsonaro morreria ali mesmo. No entanto,

seja lá qual for o desenvolvimento dessa crise, o governo brasileiro ficará marcado como um serviçal da política de guerra de Trump. O que inclui os generais brasileiros, que ficaram à sombra do presidente da República.

É de se notar que os partidos da burguesia procuraram ficar na espreita, aguardando a atitude do Irã. O PT, que também é um partido da burguesia, denunciou como “precipitado e irresponsável” o apoio de Bolsonaro a Trump. Considerou necessária a paz no mundo, para a recuperação econômica. Solidarizou-se com o Irã. Lula afirmou que “o momento não é adequado para o Brasil se meter em briga externa”. A nota do PT se dirigiu, principalmente, ao seu público interno. E a declaração de Lula, à burguesia. A bandeira da paz foi levantada pelo reformismo e por uma parcela das esquerdas.

O fato concreto é que o assassinato do comandante das Forças Revolucionárias, Qassim Suleimani, e outros militares, foi um ato de guerra, que expressou o intervencionismo imperialista norte-americano no Oriente Médio. A paz entre os povos da região depende da expulsão dos Estados Unidos e demais potências. Não é provável, como ficou evidenciado, que o Irã tomará a iniciativa de guerra. O que inviabiliza, no momento, uma ofensiva dos Estados Unidos, que vá além da declaração de guerra. Os pacifistas podem muito bem fazer demagogia com a bandeira da paz mundial.

A manutenção das bases militares dos Estados Unidos no Oriente Médio, e a colaboração dos governos títeres mantêm potencialmente uma guerra contra o Irã. As guerras contra o Iraque, a sua ocupação, bem como a intervenção no Afeganistão e sua presença na guerra da Síria são as provas mais visíveis de que já não há paz. É preciso rechaçar esse arremedo de defesa do Irã e condenação dos Estados Unidos.

É por meio da luta anti-imperialista, dirigida pelo proletariado, que os povos e etnias lutarão pela verdadeira paz. Sem derrotar o imperialismo e expulsar do poder a feudal burguesia, não é possível dar um passo na harmonização do Oriente Médio. Somente o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio pode expressar a luta das massas oprimidas pela libertação nacional, diante do imperialismo e de seus exploradores internos.



MASSAS
EDIÇÃO ESPECIAL
ORGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLAÇE PARA A RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 580 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

**1989
2019**

30 anos construindo o POR

Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**



Balanço de um ano do governo Bolsonaro

A ultradireita no poder

1 de janeiro de 2020



A história engendra situações inesperadas, ou muito difíceis de se prever. No entanto, por mais novo que seja o fenômeno, não foge às leis de seu desenvolvimento e retrocesso.

A eleição de Bolsonaro, em outubro de 2018, e a posse, em 1º de janeiro de 2019, representou um retrocesso na política burguesa. Ninguém poderia prognosticar que o parlamentar ultradireitista, obscurantista e de inteligência rasa pudesse arregimentar a maioria dos brasileiros para elegê-lo e colocá-lo à frente do Estado, como o novo serviçal da burguesia e do imperialismo. O ex-capitão do exército, que foi parar na Câmara de Deputados, e que exerceu por vários mandatos um papel medíocre, passou por cima dos grandes partidos, como candidato de uma legenda (PSL) sem nenhuma raiz e expressão nacional.

A sua projeção entre os eleitores descontentes com o PT e com os velhos partidos da burguesia (MDB, PSDB, DEM) atraiu o apoio das mais diversas frações capitalistas. Esse alinhamento burguês potencializou a participação ativa das Forças Armadas, da polícia e dos evangélicos pentecostais na campanha eleitoral de Bolsonaro.

Nenhum desses alinhamentos, e mesmo o deslocamento de um vasto contingente das massas para a candidatura de Bolsonaro, dificilmente ocorreria sem que o País passasse pelo golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, e estabeleceu a ditadura civil de Temer. O governo petista se viu diante do abismo da recessão, da gigantesca onda de demissão, e da elevação da taxa de desemprego e subemprego às alturas. Tornou-se imprestável para a burguesia, e já não tinha como levar adiante a política de colaboração de classes. Esgotado, se sujeitou ao processo institucional do golpe.

A burguesia e seus partidos remodelados prometeram reconstruir a democracia solidamente, após 21 anos de ditadura militar. A Constituinte e a Constituição (1887-1988) foram

A retomada do chamado “Estado de Direito” deu lugar a governos profundamente antidemocráticos, chegando, finalmente, a um governo eleito que impulsiona a militarização da política, fortalece o Estado policial, impõe o obscurantismo ideológico e cultural, e vem abrindo caminho às formas regressivas típicas do fascismo.

apresentadas como um marco do restabelecimento do “Estado de Direito”. O impeachment do primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Mello, indicou a instabilidade da “nova República”. Precedeu o golpe de Estado de 2016, um período de estabilização da democracia eleitoral, por mais de duas décadas. O que não resultou em superação do processo da crise política, que se gestou ainda no final do ciclo da ditadura militar.

Certamente, a situação econômica favorável e a política de conciliação de classes limitaram a crise política aos choques em torno à governabilidade petista. Aí se forjaram os elementos do golpe de Estado. Primeiro, o escandaloso processo do “mensalão”, depois do “petrolão”, e a ampla intervenção da Operação Lava Jato, que culminou com a prisão de Lula. Os militares, que haviam se afastado do primeiro plano da política de Estado, foram retomando seus poderes, conforme a crise se potenciava e seus partidos se mostravam incapazes de estabilizar o regime político.

A ditadura civil de Temer, assim, preparou o caminho para o governo militarizante e fascistizante de Bolsonaro. A ultradireita se abrigou no golpe de Estado, e se articulou à sombra do governo preposto de Temer. Foi muito importante, sem dúvida, o esgotamento do nacional-reformismo petista.

As leis da história mostram que a burguesia e seus partidos fracassaram em transformar a experiência da ditadura militar em pujante democracia. Essas duas formas de regime político estão profundamente entrelaçadas. O movimento pequeno-burguês e burguês pela democratização se estancou à porta da grande propriedade privada dos meios de produção, e do

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

domínio imperialista. A retomada do chamado “Estado de Direito” deu lugar a governos profundamente antidemocráticos, chegando, finalmente, a um governo eleito que impulsiona a militarização da política, fortalece o Estado policial, impõe o obscurantismo ideológico e cultural, e vem abrindo caminho às formas regressivas típicas do fascismo.

A experiência da ditadura militar e da democratização revelam completamente a necessidade histórica da revolução proletária. Quanto mais retardar o cumprimento dessa transformação, maiores sacrifícios serão impostos à classe operária e à maioria nacional oprimida.

Imposição das contrarreformas

As contrarreformas resultam em destruição de antigas conquistas dos explorados. No passado, a burguesia teve de regulamentar as relações de trabalho, em função das forças produtivas industriais e da luta de classes.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, foi concebida para sistematizar a exploração capitalista. Como tal, estabeleceu determinados limites, que se destacaram como direitos trabalhistas. Durante as três primeiras décadas do século XX, a classe operária se mobilizou e se organizou em torno à delimitação da jornada de trabalho, do salário mínimo e do trabalho das mulheres e crianças. As principais medidas, que formalizaram a relação do trabalho, e determinaram limites à exploração, se caracterizaram por reformas. Conquistas estas dos assalariados que foram sendo obtidas em mais de um século da luta de classes, acompanhando o desenvolvimento do

(...) a gigantesca penetração do capital monopolista na estrutura econômica do País vem determinando as tendências à estagnação. Impulsiona o setor de serviços e o agronegócio, em detrimento da indústria. O capital financeiro alcançou uma escala de parasitismo completamente contraditória com as necessidades reais da economia. Nem a Previdência, nem a CLT, são fatores de falência da capacidade orçamentária do Estado.

modo de produção capitalista. Está aí por que se converteram em movimento internacional, cujos reflexos tardios se fizeram sentir no Brasil, a partir dos anos de 1930.

Observa-se que as leis trabalhistas fundamentais e as leis que regeram o direito à aposentadoria se deram simultaneamente. Cabe ressaltar que o governo burguês nacionalista constituiu o Ministério do Trabalho, agora desmontado pelo governo de Bolsonaro. No momento em que, no Brasil, o nacionalismo burguês, típico do país semicolonial, adentrava às reformas, nas potências industriais já se projetavam as contrarreformas. O que se tem hoje são ações generalizadas da burguesia mundial para retroceder as antigas conquistas do proletariado e demais explorados, em toda a parte.

A ditadura civil de Temer e o governo militarizante de Bolsonaro consolidaram todo um período de contrarreformas, cujos marcos foram assentados pela ditadura militar, e cujo

Balanco de um ano do governo Bolsonaro

desenvolvimento se deu no período da denominada “Nova República”.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, PSDB, articulou a ofensiva mais coordenada contra os interesses elementares da maioria oprimida, situação em que se estabeleceram as bases das contrarreformas da Previdência e trabalhista. Para se ter uma ideia, o governo do PSDB concebeu a flexibilização da jornada de trabalho (contrato temporário, demissão temporária, etc.) e introduziu a combinação do tempo de serviço com a de contribuição. É bom lembrar que, por apenas um voto opositor, não conseguiu aprovar a idade mínima para se aposentar.

O governo Lula não fez nada para revogar as reformas de Fernando Henrique. E acrescentou uma mini-reforma da Previdência, voltada contra os servidores. Dilma retomou a essa reforma, instituindo a fórmula 85-95 e, diante do impacto da crise sobre os empregos, alterou, para pior, o seguro desemprego.

Coube a Temer e Bolsonaro concluir esse processo de implantação das contrarreformas. A sua função está em descarregar a desintegração econômica do capitalismo sobre as condições de vida da maioria oprimida.

Motivos reais das contrarreformas

É natural que a burguesia e seu governo atribuam às leis trabalhistas, à Previdência, ao salário mínimo e aos encargos sociais a responsabilidade pelo baixo crescimento econômico e, assim, pelo alto desemprego e subemprego. Os meios de comunicação monopolistas, por sua vez, se encarregam de difundir que as contrarreformas são necessárias, e que resultarão em benefícios futuros aos trabalhadores.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avisa que é preciso ir mais além com as medidas antinacionais e antipopulares para, supostamente, alcançar o objetivo pretendido de “crescimento sustentável”. É normal também que o governo e os “analistas” da imprensa coloquem a culpa pela recessão de 2015-2016 e por suas consequências sociais na política do governo petista. Não é do interesse dos capitalistas evidenciar as reais causas econômicas que os levam a sacrificar ainda mais a vida do explorados.

A tendência à estagnação do crescimento é reconhecida pela estatística do baixo desenvolvimento das forças produtivas, nas últimas décadas. Asseguram que o Brasil perdeu competitividade, devido à sua economia fechada. O estatismo teria sido um dos principais fatores da pouca inserção do País no comércio mundial. As leis trabalhistas e previdenciárias contribuiriam, enormemente, para a queda de produtividade e dos baixos investimentos interno e externo, não bastariam, portanto, as contrarreformas já estabelecidas. A sua importância dependeria da ampla desestatização e de medidas de abertura econômica.

A política econômica de Temer e Bolsonaro se escora em tais pressupostos francamente pró-imperialistas. Oculta-se que a gigantesca penetração do capital monopolista na estrutura econômica do País vem determinando as tendências à estagnação. Impulsiona o setor de serviços e o agronegócio, em detrimento da indústria. O capital financeiro alcançou uma escala de parasitismo completamente contraditória com as necessidades reais da economia. Nem a Previdência, nem a CLT, são fatores de falência da capacidade orçamentária do Estado.

A burguesia e seu governo não podem reconhecer que a dívida pública, que tende a alcançar 80,8% PIB, segundo o Tesouro Nacional, se tornou um poderoso obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. A estrutura agrária latifundiária, o predomínio dos monopólios nos ramos fundamentais da indústria e da agroindústria, e a dívida pública expressam a contradição geral entre as forças produtivas mundiais altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção monopolizadas. As contrarreformas são produto dessa contradição estrutural e, ao mesmo tempo, se refletirão na forma de trava econômica.

Empobrecimento da população

A ociosidade de um contingente da força de trabalho é fator de atraso econômico do país semicolonial e de miséria e pobreza estruturais. O outro indicador são os milhões que sobrevivem, com menos de um, ou um salário mínimo. O flagelo da fome nunca pôde e não poderá ser resolvido no capitalismo.

O reformismo se nutre da tese da desconcentração de riqueza e de sua melhor distribuição. Os explorados deram ao PT e a Lula a possibilidade de aplicá-la, colocando-os no poder. Os nacional-reformistas caíram do pedestal assim que a crise econômica mundial arrastou o Brasil ao precipício.

A lei da exploração do trabalho e da concentração crescente das riquezas nas mãos da minoria, bem como da espoliação imperialista e da conservação do atraso das semicolônias, não tem como ser modificada ou disciplinada por nenhum tipo de política econômica. O nacional-reformismo não fez senão colocar remendos, aqui e ali, no mar de pobreza e miséria das massas. Não há como manter, por muito tempo, a ilusão de que é possível compatibilizar os interesses do grande capital com os da maioria oprimida.

A política econômica e as contrarreformas desenvolvidas pelos governos francamente pró-imperialistas de Temer e Bolsonaro correspondem à realidade do capitalismo na fase última de desenvolvimento imperialista, que é de decomposição. O espetáculo romântico dos 10 milhões de novos empregos, a “valorização” do salário mínimo e a promessa de três refeições ao dia concluíram em tragédia social, com a recessão de 2015 e 2016. Em pouco tempo, os indicadores de desemprego e subemprego subiram às alturas. A “valorização” do salário mínimo cedeu lugar à desvalorização, ainda no governo de Dilma Rousseff e, agora, Bolsonaro acaba de vez com a “valorização”. Repassou apenas a inflação medida pelo Índice Nacional dos Preços ao Consumidor (INPC).

A marcha do empobrecimento, da miséria e da fome continuou avançando sob os governos Temer e Bolsonaro. A renda dos mais pobres caiu, enquanto que a dos mais ricos subiu. Os 10% dos mais ricos concentram 41,9% da renda nacional. Quase 50% da força de trabalho se encontra desempregada ou subempregada. Essa extraordinária subutilização e mutilação de cerca de 50 milhões de brasileiros aptos ao trabalho configura a pobreza e a miséria estruturais do capitalismo no Brasil.

Duas traições

Nota-se que é necessário, no balanço de um ano de governo Bolsonaro, vinculá-lo à ditadura civil de Temer. Há uma interdependência entre a reforma trabalhista, a lei da terceirização



e a reforma da Previdência. Em ambos os casos, os explorados se dispuseram a ir à luta para enfrentar as contrarreformas. O fato de tais medidas atingirem de conjunto a classe operária, a classe média e o campesinato criou uma excepcional situação de luta de classes generalizada contra os dois governos, que se seguiram ao golpe de Estado. A maioria oprimida pressentiu e viu que as alterações na CLT e na Previdência sacrificariam ainda mais as suas condições de vida. A introdução da terceirização e os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, assinados com os sindicatos com as multinacionais, já haviam mostrado suas brutais consequências.

Apesar de os meios de comunicação monopolizados mentirem sobre as virtudes das contrarreformas, foi possível mostrar a face dos banqueiros e dos grandes capitalistas, que se escondiam por detrás da propaganda governamental. Nas fábricas, nos setores de serviços, nas escolas, nos bairros populares e no campo, as massas indicaram o vivo interesse em ouvir a propaganda e agitação, contrárias à aprovação dos projetos governamentais, apoiados pela maioria dos partidos no Congresso Nacional.

A situação era excepcional, principalmente porque permitia constituir uma ampla unidade dos explorados. As camadas mais pobres da classe média se colocaram prontamente a se unir com a classe operária, e assim neutralizar a ação reacionária das suas camadas mais abastadas. As centrais sindicais, cujos interesses corporativos de suas direções as mantêm separadas, se viram obrigadas a formar uma frente única, sob as bandeiras de “não à reforma trabalhista”, e posteriormente, “não à reforma da Previdência”.

O ponto alto na luta contra a reforma trabalhista foi a greve geral de 28 de abril de 2017, precedida de inúmeras mobilizações nos principais centros urbanos. Logo a frente única das centrais se revelou burocrática, limitada e conciliadora. Evitou a realização de um 1º de Maio unificado, que daria continuidade à luta. Os burocratas assinalaram a decisão de não convocar uma nova greve geral. Interromperam o combate das massas e aguardaram as negociações no Congresso Nacional, nas quais uma parte das centrais, entre elas a Força Sindical, estava envolvida. Dissolveram a frente burocrática, sem mais nem menos, e se sujeitaram à decisão do Parlamento burguês.

O mesmo se passou com a resistência dos explorados à reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes/Maia/Alcolumbre. A greve de 14 de junho de 2019 teve o mesmo destino que a de abril de 2017. A diferença foi que a burocracia convocou o 1º de Maio unificado para anunciar a greve geral. No entanto, deixou claro que o seu objetivo era o de apoiar as negociatas em torno de emendas que a oposição (PT, PCdoB, PSOL, PSB e PDT) apresentava na Câmara de Deputados, e potencializar a bandeira petista de “Lula Livre”. Dessa vez, uma parcela da classe operária que se empenhou na greve de 2017 não confiou nos burocratas. E esses aproveitaram para limitar sua ação política em torno à campanha demagógica contra a reforma da Previdência.

Os sindicatos e as centrais, amplamente estatizados sob o governo do PT, acabaram se levantando como um obstáculo para o desenvolvimento da luta unitária das massas, que se mostraram dispostas a resistir por meio de uma frente única classista, baseada na democracia operária.

A derrota causada pela traição à greve geral de 2017 foi providencial para a ditadura civil de Temer concluir a transição, e preparar as condições para as eleições, que colocariam no poder a ultradireita burguesa. A segunda traição serviu para Bolsonaro se firmar na presidência da República, e dar crédito ao desmoralizado Congresso Nacional.

Independência de classe do proletariado

No transcurso dos acontecimentos, que vão do golpe de Estado à imposição das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, evidenciaram-se mais claramente o lugar nefasto da política reformista e do colaboracionismo, das mais distintas variantes da burocracia sindical.

A classe operária deu sinais de romper os freios dos aparatos montados pelo PT e seus aliados. É o que se pôde observar na greve geral de 2017. No entanto, não ultrapassou sua manifestação instintiva contra o governo e a burguesia. A frente burocrática, formada principalmente pela CUT e Força Sindical, mostrou o enorme peso do aparato de contenção da luta independente do proletariado e demais explorados. Bastou o recuo da camarilha sindical para que o movimento se dissolvesse.

A subordinação da luta ao resultado do Congresso Nacional deu a dimensão política da capacidade dos reformistas e da burocracia sindical de traírem os interesses mais elementares da maioria oprimida. Pesou enormemente na consciência de classe dos explorados a cultura do reformismo petista, que pôde usar o Estado burguês para desenvolvê-la em escala nacional.

A estatização das organizações operárias – e também camponesas – sob o governo de Lula, foi fundamental para a burguesia nacional e o imperialismo atingirem o objetivo de implantar as contrarreformas, mantendo as aparências da democracia burguesa. O período de colaboração de classes foi

Balanco de um ano do governo Bolsonaro

decisivo para a abertura de um período ditatorial, voltado a concluir as contrarreformas, que vinham sendo implantadas gradualmente.

Veio à luz do dia a crise de direção revolucionária. A experiência da luta de classes, das traições e das derrotas exige da vanguarda um severo balanço sobre a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista. Os próximos embates mostrarão ainda mais claramente a profunda adaptação do PT ao capitalismo, bem como o seguidismo da esquerda aliada, ou opositora. Não há dúvida de que a frente burocrática e as traições deixam marcas profundas no movimento operário, e exigem novos realinhamentos da vanguarda que ainda trabalha pela independência de classe dos explorados.

Não há outra via para ajudar o operariado a se emancipar de toda política burguesa, e em particular a do nacional-reformismo, a não ser desenvolvendo as reivindicações da maioria explorada, o programa da revolução proletária e, portanto, a estratégia do governo próprio dos explorados, que é o governo operário-camponês. Assim que a classe operária dar um passo em sua emancipação política, criará condições para estabelecer a aliança operária-camponesa.

No transcurso desses acontecimentos, ficou claro também o papel nefasto do reformismo no interior do movimento camponês. As camadas empobrecidas da classe média somente vão se separar das camadas ricas quando o proletariado mostrar sua capacidade de enfrentar a burguesia e seus governos, no campo da independência de classe. É necessário assinalar que a classe média enriquecida serviu de base ao golpe de Estado, e serve de base ao governo fascistizante de Bolsonaro. Essa camada terá de ser esmagada pela unidade operária, camponesa e da classe média urbana empobrecida.

O governo e a imprensa monopolista têm feito uma campanha, no final de 2019, sobre a retomada da economia, a queda do desemprego e uma suposta

melhoria, que viria no futuro, com a concretização das contrarreformas. A impostura não conseguiu acobertar o aumento do subemprego e da informalidade. As condições de vida das massas continuarão a piorar. O capitalismo em decadência não tem nada a lhes oferecer, a não ser a pobreza, miséria e fome.

As derrotas sofridas, certamente, influenciarão na disposição de combate do proletariado. No entanto, as condições para o retorno da luta continuam vigentes. Trata-se de trabalhar firmemente no seio da classe operária pelas suas reivindicações imediatas, pela derrubada das contrarreformas, pela retomada da luta pelo fim dos latifúndios, pelo fim das privatizações, pela reestatização sem indenização, pelo não pagamento da dívida pública, contra os cortes orçamentários à saúde e educação, e pelo poder próprio da maioria oprimida. Está colocada plenamente a tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Assim funciona a política burguesa

O objetivo dos parlamentares era aprovar o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, em que se estabeleciam R\$ 3,8 bilhões ao fundo eleitoral. Esse valor aumentava em 120% o montante do fundo, em relação a 2019. Finalmente, depois da reação em alguns setores da própria burguesia, de que se tratava de um exagero, chegou-se a R\$ 2 bilhões. A manobra de iniciar com um valor bem alto e depois aprovar o que se esperava não deixou de refletir como funciona a política burguesa no Brasil.

Os opositores ao aumento pediram a Bolsonaro que vetasse. Não há disposição para tal atitude política, embora o ministro da Economia tenha considerado o aumento acima das possibilidades fiscais do País. Tudo indica que Bolsonaro não irá contrariar deputados e senadores, que vêm aprovando os projetos da área econômica. Alegou que poderia sofrer um pedido de impeachment por crime de responsabilidade, caso vetasse. O argumento esfarrapado indica que não irá contrariar os interesses da maioria dos partidos, que se beneficia com o fundo eleitoral. Na realidade, os R\$ 2 bilhões já estavam previstos pelo governo.

Ao lado do fundo eleitoral, existe o fundo partidário, que em 2019 correspondeu a quase R\$ 928 milhões. Somado ao fundo eleitoral, poderá chegar, em 2020, a R\$ 3 bilhões. O fundo partidário é o mais antigo, foi criado pela ditadura militar, no governo do general Castelo Branco, em 1965. Tornou-se constitucional em 1988. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso aperfeiçoou o seu funcionamento, com a Lei 9.096. É constituído por verba pública e doações privadas. Em 2015, Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu as doações privadas de pessoas jurídicas, sob a alegação de evitar a influência do poder econômico nas campanhas eleitorais. Em resposta, o Congresso Nacional e a ditadura civil de Temer criaram o fundo eleitoral, em 2017, pela Lei 13.487. É constituído apenas de verba orçamentária.

Está claro que os partidos da ordem transferiram os valores, antes arrecadados das empresas, para o Tesouro Nacional. Sabe-se que a proibição do STF é, pelo menos em parte, driblada pelos empresários. É uma farsa, o pressuposto de que o poder econômico deixou de decidir os destinos dos partidos, das eleições e dos governantes. Tanto o fundo partidário, quanto o fundo elei-

toral, não passam de recursos para o funcionamento dos partidos burgueses e daqueles que, à esquerda, procuram se disfarçar como representação popular, e que, de fato, se tornaram serviçais dos capitalistas. A cláusula de barreira vem reduzindo o acesso, principalmente, dos partidos de esquerda legalizados. Essas correntes têm aproveitado a cota do fundo partidário para se potenciarem como esquerda reformista e centrista, adversárias da construção do partido da revolução proletária.

Tudo indica que a burguesia já não quer oferecer nenhum de seus recursos aos partidos que não se proclamam claramente defensores da Constituição, da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, do capitalismo. Não se vê as esquerdas se colocarem abertamente e em campanha pelo fim do fundo partidário e eleitoral. Quando muito, fazem demagogia, opondo-se ao alto reajuste do fundo eleitoral, como foi o caso do PSOL.

A democracia em geral é uma abstração conceitual. A democracia burguesa corresponde a uma forma de regime político do capitalismo. O Congresso Nacional é, em tese, o principal órgão da democracia burguesa. Também em tese, seria a representação popular, uma vez que os parlamentares são eleitos. Essa superestrutura jurídica e política, no entanto, se assenta nas relações capitalistas de produção e exploração do trabalho. Reflete, obrigatoriamente, as relações de propriedade. É no funcionamento democrático burguês que as frações capitalistas dirimem seus atritos conjunturais, e garantem os seus interesses gerais de classe exploradora. A democracia no Brasil se formou escorada nas divisões oligárquicas. Esse caráter não pôde ser superado, apesar do desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas capitalistas. É preciso ainda considerar como fundamental o domínio imperialista, que se manifesta, tanto na infraestrutura econômica, quanto na superestrutura política. A sustentação financeira do parlamento, dos partidos e das eleições é completamente parasitária. Não por acaso, a corrupção se estabelece, primeiramente entre os partidos, governantes e poder econômico. É inerente ao capitalismo e à sua democracia. Funciona como instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. Assim funciona a política burguesa. A política do proletariado é completamente oposta. *Abaixo o fundo partidário e eleitoral!*

GRAVE SITUAÇÃO DOS SINDICATOS

Os dados da pesquisa do IBGE “Características adicionais do mercado de trabalho 2012-2017” demonstram, entre outros aspectos, a relação da força de trabalho ocupada e a parcela desocupada e subocupada com o número de sindicalizados. Nota-se que o conceito de “ocupada” é mais amplo que o de empregada. Abarca tanto o assalariado quanto aqueles que exercem atividades próprias. Os dados têm como referência a semana em que se realizou a pesquisa. Apurou que, em 2015, o contingente de ocupados era de 92,626 milhões. Caiu para 91,191 milhões, em 2016, portanto, uma perda de 1,435 milhões (1,5%). Retratam a devastação da recessão desse período. Com a retomada do crescimento, em 2017, a recuperação das ocupações foi de apenas 0,3%, atingindo 91,449 milhões. A pesquisa

assinala que não houve crescimento do emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada. Ao contrário, verificou-se que houve uma queda de 1,126 milhão de empregos formais. Na outra ponta, cresceu o número de trabalhadores por conta própria, e os empregados no setor privado sem carteira assinada. Indica a tendência do aumento da informalidade. Essa reversão atinge profundamente as condições de existência da classe operária e demais explorados, que, de conjunto, correspondem a 60,2% do total dos ocupados, em 2017, ou seja, 55.066 milhões, em relação aos 91.449 milhões ocupados no País. Cabe destacar que os ocupados na indústria em geral são 11.848 milhões, ou seja, 13% desse conjunto. Os trabalhadores da indústria foram duramente atingidos na recessão de 2015-

2016, com uma perda de 1,308 milhões de empregos.

Quanto ao número de filiação aos sindicatos, o IBGE constata também uma significativa queda. Em 2017, das 91.449 milhões de pessoas ocupadas, 13.137 milhões eram sindicalizadas, ou seja, em termos relativos, 14,4%. Em 2012, correspondiam a 16,2%; em 2015, 15,8%; em 2016, 14,9%. O IBGE faz a distinção entre trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares auxiliares, e empregados no setor público. Interessa, em especial, os 33,195 milhões da população, ocupada no setor privado, com carteira de trabalho assinada. Esses 36,3% do total das pessoas ocupadas abarcam o universo dos assalariados, e, portanto, da classe operária, no seu sentido mais amplo. Eis a conclusão do IBGE: *“Entre 2012-2015, a taxa de sindicalização dos empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada variou, de 20,9% a 20,4%. Em 2016, a queda de 1,7% resultou na taxa de 18,7%; e, com a estimativa de 19,2% no ano seguinte, esses trabalhadores foram os únicos ocupados a não registrarem a redução*

Os sindicatos burocratizados e estatizados se tornaram instrumentos de colaboração de classes. É na política de classe que se encontra a resposta do por que a imensa maioria dos assalariados não se interessa pela filiação.

da taxa de sindicalização em 2017". Esse dado retrata as demissões em massa em 2016. O que atingiu uma parcela de sindicalizados. De 2015 a 2016, os sindicatos perderam 7,4% de seus sindicalizados, ou seja, 1,082 milhão, sendo 506 mil da indústria geral. O IBGE confirma que, em 2017, a tendência negativa continua a vigorar, com a queda de 3,2% no número de sindicalizados.

É significativa a queda da taxa de sindicalização nacional, de 16,2%, em 2012, para 14,4%, em 2017. Em princípio, o número de sindicalizados sempre foi pequeno, em relação ao universo dos trabalhadores assalariados. Em 2018, o número de sindicatos de trabalhadores assalariados era de 12.052. Está clara a pulverização da organização sindical dos explorados.

A justificativa de representantes da burguesia pelo grande número de sindicatos é a de que o imposto sindical alimentava a dispersão. A baixa sindicalização e o fim do imposto sindical passaram a inviabilizar uma parte desse número estratosférico, sem que se saiba precisamente o montante. Estima-se que haverá fusão entre sindicatos. Os analistas da burguesia pretendem passar a ideia de que está em andamento um movimento progressivo, uma vez que se eliminarão os sindicatos sem representação. De fato, o imposto sindical funcionava como uma fonte de recursos extraídos compulsoriamente dos trabalhadores com carteira

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Notas nacionais

assinada. O que compensava os recursos menores, advindos da sindicalização. Uma vasta burocracia sindical se sedimentou no período pós-ditadura militar. O imposto sindical favoreceu esse processo. Há que se assinalar, porém, que essa fonte existe desde 1943, extinta em 2017, com a reforma trabalhista.

A particularidade do momento é que a burocracia sindical se projetou na política burguesa por meio do PT e, mais recentemente, do Solidariedade. Nesse barco, também navegam o PCdoB e o PSOL. Não por acaso, foi sob o governo de Lula que se regulamentaram as centrais sindicais e a repartição do imposto sindical. Assistimos à formação de 12 centrais legalizadas. A CUT padecia de três divisões. Esses aparatos estão vinculados, na sua maioria, a partidos com representação parlamentar.

A extinção do imposto sindical pelo governo, certamente, não se deveu ao fato deste potenciar os sindicatos como instrumento de luta, mas sim pelo fato de elevá-los à condição de instrumento da luta política interburguesa. O PT é o exemplo mais flagrante desse processo. O imposto sindical favorecia a burocratização e a corrupção. O que servia aos propósitos da burguesia em anulá-los como organização classista. A burocracia, desesperadamente, vem utilizando-se de uma nova invenção, que é a taxa negocial. O gigantesco aparato administrativo e assistencial não tem como

ser mantido apenas com os recursos da filiação. É nesse quadro que o governo Bolsonaro procura acabar com os sindicatos por ramos, e substituí-los por sindicatos por empresa.

Como se vê, é necessário buscar a raiz do problema da baixa sindicalização e do autofinanciamento das organizações sindicais. As demissões explicam apenas conjunturalmente a queda das filiações. Nesse particular, é bom frisar que a burocracia sindical não mexeu um dedo para organizar os trabalhadores em defesa dos empregos. Ao contrário, colaborou com o patronato para implantar a flexibilização capitalista do trabalho, que conduziu à reforma trabalhista de Temer. Essa constatação, por si só, indica o caminho pelo qual se pode chegar à raiz do problema. Os sindicatos burocratizados e estatizados se tornaram instrumentos de colaboração de classes. É na política de classe que se encontra a resposta do por que a imensa maioria dos assalariados não se interessa pela filiação. A política de colaboração de classes, necessariamente, incorpora as formas de corrupção da política burguesa. Basta lembrar que os sindicatos foram criados, no início do século XIX, pelos operários ingleses, que se rebelaram contra a brutal exploração capitalista, desemprego e a miséria. Somente mais tarde é que foi formalizado como instituição no interior da sociedade capitalista. Daí para frente, se colocou a contradição entre o sindicato como organização classista e as direções que tendiam a se burocratizar e a se corromper no reformismo burguês.

No Brasil, os sindicatos também foram forjados pelo combate dos operários. É conhecida a regulamentação intervencionista do Estado, principalmente a partir dos anos 1930, quando inclusive se criou o imposto sindical. A burocracia sindical se constitui como uma casta, que continua assentada sobre as costas da classe operária, mas que se submete à política geral da dominação burguesa. Ao deformar e quase abolir a democracia operária, bem como limitar e manobrar

com o método da ação direta, a burocracia afasta a grande maioria dos sindicatos. As bases acabam vendo seus organismos de classe como um aparato estranho e imprestável para responder à brutal exploração do trabalho.

A utilização que a burocracia faz dos sindicatos para carreirismo político – a exemplo do Sindicato Metalúrgico do ABC e de São Paulo – aumenta a desconfiança dos trabalhadores. A direção burocrática, corrompida e autoritária é o principal fator da baixa sindicalização. No entanto, esse obstáculo não elimina a necessidade dos sindicatos para a classe operária se manifestar nos momentos em que se agudizam as tendências da luta de classes. As bases passam a exercer pressão sobre as direções burocráticas para que acionem os sindicatos. É quando se manifesta a contradição entre a disposição de luta dos trabalhadores e a política de conciliação de classes.

A política classista se apoia no autofinanciamento dos sindicatos, que se concretiza por meio de filiações e campanhas. A filiação não é apenas um meio para se obter recursos. É expres-

são da elevação da consciência de classe. O imposto sindical, por ser compulsório e ditado desde o Estado, nunca foi aceito pelos operários. A luta pelo autofinanciamento das organizações classistas é parte da política de independência de classe diante da burguesia, seus partidos e seu Estado. Por essa via, se forja um destacamento com consciência de classe mais avançada no interior dos locais de trabalho, apoiado em organizações de base que materializam a democracia operária. É assim que a classe operária de conjunto passa a reconhecer os sindicatos como instrumentos próprios e opostos às instituições de dominação da burguesia.

Está aí por que é imperativo que a vanguarda consciente trabalhe no seio da classe operária constituindo uma fração revolucionária, que expresse o programa da independência de classe, da democracia operária e das reivindicações. Para cumprir essa tarefa, a fração revolucionária tem de se guiar sistematicamente pela estratégia da constituição de um governo operário e camponês, originado da revolução proletária.

Reorganização da ultradireita

A polícia civil do Rio de Janeiro identificou como um dos autores do atentado à sede da produtora Porta dos Fundos, no dia 24 de dezembro, com coquetéis molotov, Eduardo Fauzi Cerquise. O motivo da ação foi simplesmente pelo fato de que humoristas do Porta dos Fundos fizeram uma caricatura de Jesus Cristo, como se tivesse sido homossexual.

Eduardo Fauzi se identificou como integralista. Tudo indica que é um desvairado, que encontrou na política ultradireitista um meio de projeção. A Frente Integralista Brasileira (FIB) confirmou sua expulsão, no dia 1º de janeiro. A atitude de Fauzi pode ser tomada como um fato isolado. É o que a nota da FIB e a imprensa procuraram passar. Pode ser que o atentado se tenha devido a uma decisão particular de um desvairado. No entanto, a situação política geral vem sendo marcada pela reorganização da ultradireita militarista, fascizante e reacionária em toda a linha. A pedido de uma fração da Igreja Católica (de Dom

Bosco), um desembargador carioca ainda mandou suspender o vídeo do portal Netflix.

O governo Bolsonaro reflete essa tendência, embora apenas uma camada da classe média alta se manifeste pela direitização da política burguesa. O slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, apesar de ridículo, retrata uma tendência ideológica de uma camada da pequena burguesia, aproveitada politicamente por um agrupamento de empresários. Ficou patente a influência da fração mais reacionária dos evangélicos, mais particularmente da Igreja Universal, do impostor Edir Macedo. Essa vertente da ideologia burguesa pretende remodelar a educação, fundindo o militarismo com a religião. Tem como meta desmontar as “políticas afirmativas” implantadas pelo reformismo petista e aliados.

É no embate da direita e da ultradireita burguesas contra o nacional-reformismo, que alcançou materialidade no governo de Lula e Dilma, que vêm se

reorganizando agrupamentos voltados à ações terroristas. É bom lembrar os atentados desfechados contra a caravana de Lula, no Paraná. Esse tipo de ação direitista nos remete ao atentado do Riocentro, em 1981, nos estertores da ditadura militar. É bem provável que os agrupamentos com essa disposição vêm sendo financiados por empresários, e influenciados pelo militarismo.

A volta do integralismo ainda é marginal, como mostra a diminuta manifestação dos “Camisas Verdes”, no início de novembro, em São Paulo. O importante da presença da Frente Integralista Brasileira é que indica as tendências fascizantes, que tendem a se fortalecer, caso a classe operária não se liberte da política de colaboração de classes e avance no caminho da organização independente. A construção do partido revolucionário é uma das condições decisivas para libertar os explorados da influência do reformismo, e fechar passagem a todas variantes da política contrarrevolucionária.



Significado do pacote anticrime



Chamou a atenção, a quase unanimidade em favor do “Projeto de Lei 10.372”. Foi aprovado por 408 votos, 9 contra, e 2 abstenções. A oposição, liderada pelo PT, descarregou a maior parte dos votos pela sua aprovação. Lula foi às redes sociais para defender o apoio do PT ao projeto anticrime enquanto conquista. Essa quase unanimidade é um acontecimento inédito na Câmara de Deputados. Três do PT e seis do PSOL foram os votos contrários. As duas abstenções vieram das fileiras do PT.

A decisão do PSOL de liberar a bancada mostra o quando esse partido pequeno-burguês reformista está adaptado ao jogo parlamentar do Congresso Nacional oligárquico. Marcelo Freixo liderou os votos favoráveis do PSOL ao pacote anticrime de Bolsonaro, Moro e Moraes. Esse deputado já deu inúmeras provas de adaptação à política burguesa, e de servilismo ao Estado capitalista. Agora, vai às últimas consequências, participando do Grupo de Trabalho (GT) que deu o formato final ao PL 10.372.

A contribuição do PSOL ao draconiano projeto de Moro/Moraes não é uma surpresa, mas, sem dúvida, marca profundamente a vida política desse partido. As correntes de esquerda que o compõem são, de fato, coniventes. O “Movimento Esquerda Socialista (MES)” retrata graficamente essa responsabilidade com o voto da deputada Fernanda Melchionna. Pelo visto, também liberou o voto de suas parlamentares, uma vez que Sâmia Bonfim votou contra. Esse é o destino dos esquerdistas, reformistas e centristas que se submetem às ilusões constitucionais, e ao democratismo parlamentar.

O PT, PCdoB, PSB e PDT são partidos completamente integrados à ordem capitalista. O PSOL ainda procura passar por socialista. No caso do PCdoB, estalinista, é bom indicar que votou integralmente no pacote. É preciso destacar os dois nomes flamantes de Jandira Feghali e Daniel Almeida.

Uma palavra final sobre os votos contrários e as abstenções. Não significam uma real rejeição, uma vez que continuam submissos aos partidos capituladores. A liberação dos votos é sinal de capitulação. As abstenções dos petistas Lui-

zianne Lins e Rui Falcão representam oportunismo e covardia políticos. A justificativa de Freixo foi a de que o GT havia extraído “a essência do pacote Moro”. Ou seja, foi retirada “a pior parte do pacote”, a exemplo do “excludente de ilicitude e o plea bargain”. Os psolistas acreditam que foram responsáveis pelas alterações positivas realizadas no GT. E, mesmo aqueles que votaram contra, evitaram denunciar a capitulação de Freixo. A deputada Talíria Petrone votou contra, mas entende que se deve “valorizar o trabalho do GT”. O PSOL está mergulhado no mais burdo cretinismo parlamentar.

A essência do pacote Moro não está neste ou naquele ponto, mas na necessidade do Estado burguês ampliar e recrudescer seus instrumentos de repressão. Quando a deputada Talíria Petrone conclui que “a matéria segue sendo um instrumento de ampliação do Estado Penal, num país que já encarcera muito, já mata muito e, infelizmente, penso que essa matéria não é agenda para o povo favelado, pobre, periférico e negro”, quando diz isso, se aproxima da essência, sem alcançá-la, de forma que maneja a questão da pobreza no campo do oportunismo pequeno-burguês. Não a alcança porque não denuncia seu próprio partido como colaborador da continuidade do capitalismo e da ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria oprimida.

Com ou sem “o excludente de ilicitude”, as forças repressivas do Estado continuarão a matar milhares em escala crescente. A facilitação aos policiais em puxar o gatilho, sem ter complicações judiciais, tão somente corresponde a um ajuste sobre o que já vem ocorrendo.

Com ou sem “o excludente de ilicitude”, as forças repressivas do Estado continuarão a matar milhares em escala crescente. A facilitação aos policiais em puxar o gatilho, sem ter complicações judiciais, tão somente corresponde a um ajuste sobre o que já vem ocorrendo. Poucos dias antes da aprovação final do PL 10.372, a polícia de São Paulo matou 9 jovens, que participavam de um baile funk. O que levou o governador João Doria a exigir uma investigação foi o horror causado na população, à exceção da camada fascistizante da classe média, e as pressões políticas daí decorrentes. Evidentemente, era dever dos partidos de oposição rechaçarem e denunciarem a figura do “excludente de ilicitude”. Mesmo setores da burguesia expuseram seu desacordo a esse ponto do pacote anticrime. Não se devia, portanto, confundi-lo, como se fosse a sua essência, e que, uma vez retirado, parlamentares do

PSOL poderiam votar contra e a favor.

No âmbito do recrudescimento da lei penal, Moro manobrou para que constasse do seu PL a execução da pena em 2ª instância, pondo de lado o fundamento constitucional do “trânsito em julgado”. Não poderia ter êxito, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) estava propenso a reconhecer a inconstitucionalidade da quebra do fundamento jurídico que determina a noção de “trânsito em julgado”. Foi escabroso e continua sendo o julgamento político de Lula, em particular, sob a máscara do ordenamento jurídico.

Diante desses fatos e das controvérsias no seio da própria política burguesa, era previsível que o PL Moro seria modificado no Congresso Nacional. É bem provável que Bolsonaro vete a emenda que estabelece o “juiz de garantia”. A separação das funções do juiz que, ao mesmo tempo, investiga e julga, denuncia as violações da norma formal de isenção da conduta de Moro e dos procuradores que condenaram Lula.

O PT se acha prostituído. Não tinha sentido exigir que se opusesse terminantemente ao pacote. No entanto, o PSOL ainda posa de esquerda socialista, ocultando sua íntima ligação com a democracia dos capitalistas. A liberação do voto de seus parlamentares expõe a ausência de uma definição de sua direção. Certamente, os parlamentares exercem grande influência e pressão sobre o partido. A militância de base e as correntes internas foram incapazes de reagir. O oportunismo percorre da cabeça aos pés do partido.

O PL Moro e o projeto Moraes, sobre os quais os parlamentares negociaram a finalização, refletem a incapacidade da burguesia, governo e Estado de responderem ao avanço da barbárie social. Aumentam a pena e dificultam a progressão de pena, quando a carceragem superlotada não dá conta de garantir as condições mínimas de vida aos condenados. Milhares e milhares estão presos sem condenação definitiva, e os parlamentares duplicam o número de juízes para responder às arbitrariedades de Moro e procuradores responsáveis pela Operação Lava Jato. Querem dar a impressão que o combate ao crime organizado será efetivo, quando se sabe que há uma fração da burguesia que, vinculada ao tráfico de armas, ao narcotráfico, etc., se acha integrada à economia, mantendo relações com bancos, empresários e políticos. A maior parte do comércio clandestino de armas tem origem nos Estados Unidos. Esse tipo de transação marginal, que implica todo o tipo de violência destruidora do homem, faz parte da valorização do capital. Ganha maior importância nas situações de crise econômica e social. Os miseráveis e pobres são os que arcam com o seu peso. As estatísticas que registram as mortes violentas e as prisões evidenciam que a juventude, em particular, vem pagando um alto preço pelo capitalismo que mantém milhares fora da produção e da escola. Não é preciso explicar por que as mulheres e homens negros são os mais atingidos.

Bolsonaro/Guedes/Maia/Alcolumbre, em vez agirem contra o desemprego e subemprego, vão mais longe na contrarreforma trabalhista de Temer, e aprovam a contrarreforma da Previdência. Entregam as fontes de matéria-prima às multinacionais, e desnacionalizam ainda mais a economia. Impõem

um regime fiscal que protege os credores da dívida pública, e sacrificam o orçamento da saúde, educação, etc. Decretam um salário mínimo de fome, quando crescem a pobreza e a miséria. É nessas condições que a burguesia e o governo tornam a lei penal mais dura aos oprimidos.

O Partido Operário Revolucionário (POR) rechaça o PL 10.372 e denuncia o seu sentido reacionário. O caminho da luta contra os males sociais do capitalismo é o da defesa da vida da maioria oprimida e da revolução proletária. É o da organização da classe operária e dos demais explorados no terreno da independência de classe. No momento, está colocada a campanha nacional para pôr abaixo a Carteira Verde Amarela, defender o emprego e salários a todos que sobre-



As estatísticas que registram as mortes violentas e as prisões evidenciam que a juventude, em particular, vem pagando um alto preço pelo capitalismo que mantém milhares fora da produção e da escola. Não é preciso explicar por que as mulheres e homens negros são os mais atingidos.

vivem de sua força de trabalho, exigir o salário mínimo vital e enfrentar a implantação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Que os sindicatos, centrais e movimentos convoquem as assembleias, organizem os comitês de base e constituam uma frente única anti-imperialista.

É preciso ter claro que o capitalismo em desintegração não permite reformas progressivas, e só tem a oferecer medidas ditatoriais contra a classe operária e a maioria oprimida. O programa de defesa da vida dos explorados tem por objetivo a destruição do Estado burguês e de todo o seu aparato, que serve à manutenção da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Reforma da Previdência

Governadores do Nordeste seguem Bolsonaro

Todos os governadores do Nordeste apresentaram, entre novembro e dezembro de 2019, projetos para reformas da Previdência estaduais, adequando-se à Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional. Outros estados, no País, estão impondo reformas e enfrentando greves e ocupações, como no Rio Grande do Sul e Paraná. Chama a atenção, porém, que os governos do Nordeste dirigidos pelo PT (Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará), PSB (Pernambuco, Paraíba), PCdoB (Maranhão) e MDB (Alagoas) estão no campo da oposição burguesa a Bolsonaro. A postura diante da reforma da Previdência mostra por inteiro a impotência das oligarquias, e o caráter pró-burguês dos governos nacional-reformistas e estalinistas.

Na época da tramitação da PEC 06/2019, da reforma da Previdência, fizeram demagogia, dizendo ser contra o projeto, defendendo emendas e atenuações. Não se opunham à reforma, mas sim a alguns pontos específicos, como a redução do BPC, a desconstitucionalização da Previdência, e a capitalização. Nos bastidores, porém, incentivaram as bancadas estaduais a aprovarem a reforma. A jogada eleitoreira levou setores da base aliada de Bolsonaro a proporem a retirada dos estados e municípios da Reforma, obrigando os “opositores” a serem desmascarados, ao terem que desfechar o ataque ao funcionalismo estadual e municipal. O plano era dividir o ônus do desgaste eleitoral decorrente da medida antipopular. A inclusão dos estados e municípios foi postergada, portanto, para a tramitação da PEC paralela da Previdência.

A expectativa dos capitalistas é de que tenham uma “economia” de R\$ 350 bilhões, com a extensão da reforma para estados e municípios. Ao passar pelo Senado, porém, outras propostas de mudança na reforma já aprovada foram incluídas, como alterações nas regras de transição, criação de mais regimes especiais (para categorias como peritos criminais, guardas municipais e agentes e oficiais da Abin, o serviço de inteligência do governo federal), criação de benefício para crianças pobres, e aumento nas contribuições do agronegócio exportador. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já anunciou que, por diminuir os efeitos da reforma, estas mudanças não deveriam ser aprovadas e que, pelo peso da bancada do ruralista ser maior na Câmara do que no Senado, dificilmente passará algo que onere mais o agronegócio. Ou seja, a inclusão dos estados e municípios ficou mais incerta e demorada, por esta via.

Em um cenário em que todos estados do Nordeste são enquadrados como “entes com déficit previdenciário”, o Ministério da Economia estabeleceu a Portaria 1.348, em que determina que os estados serão impedidos de receber investimentos, contrair empréstimos e realizar operações de crédito, caso não garantam Certificado de Regularidade Previdenciária, até 31 de julho de 2020. Os governadores correram para aprovar as alterações, antes que se inicie mais um ano eleitoral. As medidas aprovadas valerão automaticamente para os municípios, que podem retirar-se aprovando legislações específicas municipais. Os dois pontos básicos para evitar as sanções são: aumentar a contribuição para a média de 14%, e a criação da previdência privada complementar para os que estão

acima do teto. Mecanismo de financeirização das aposentadorias e pensões.

Os projetos, no entanto, apresentam variações. No Maranhão, em menos de 48 horas, o projeto foi apresentado, aprovado e sancionado. A média da contribuição subiu de 11% para 14%, porém, escalonada de 7,5% a 22%. Em Pernambuco, Paulo Câmara (PSB) aprovou o aumento geral da contribuição de 13,5% para 14%, e ainda introduziu a Previdência complementar. O governador do Piauí, PT, defendeu abertamente que estados e municípios não fossem excluídos da reforma geral, e agora fez a sua, à imagem e semelhança da de Bolsonaro, com diferenças apenas nas regras de transição. A mesma dureza foi vista na de Alagoas, Ceará, e na proposta da Bahia, ainda em tramitação. No Rio Grande do Norte, a proposta de Fátima Bezerra (PT) é de igualar também a idade e tempo de contribuição com a EC 103. A média de 14% de contribuição será alcançada de forma escalonada, com alíquota máxima de 18% para salários acima de R\$ 20 mil. O valor da aposentadoria corresponderá a 90% dos maiores salários, ficando no meio do caminho entre o cálculo atual e o da reforma de Bolsonaro.

A movimentação dos governadores do Nordeste foi parte da traição das centrais sindicais, pois, alimentou a ilusão no terreno jurídico-parlamentar. Na prática, desviou o movimento de massas para o objetivo de, por meio de emendas, “desidratar” a reforma, e levou a uma profunda derrota. Ante as reformas nos estados do Nordeste, a burocracia sindical (com variações) se junta aos governos. Em Pernambuco, o Fórum de Servidores do Estado colaborou com a elaboração da proposta, alegando estar “melhorando o texto”, ao propor escalar a alíquota. A bancada do PT faz malabarismo para dizer que o projeto de lei “não pode ser considerado uma ‘reforma da Previdência estadual’, visto que não trata de tempo de contribuição, nem de idade mínima, por exemplo”. Com a cumplicidade do PT e PCdoB, partido da vice-governadora, os votos contrários foram, em sua maioria, de partidos de direita e do PSOL. A CSP-Conlutas compareceu isolada na votação na Assembleia Legislativa, com cartazes de protesto. No Ceará, manifestantes foram recebidos na Assembleia Legislativa pela tropa de choque estadual, a mando de Camilo Santana (PT), sendo o protesto reprimido pelo batalhão de choque e balas de borracha. Na Paraíba, o MDB tentou impedir a aprovação em regime de urgência urgentíssima, mas o STF permitiu a tramitação acelerada. A oposição (MDB) faz demagogia, propondo o reajuste da contribuição escalonado, com taxas menores para os menores salários.

O POR denunciou reiteradas vezes a traição orquestrada pelos partidos que dirigem as organizações de massa, que culminou com a desarticulação de um movimento de rechaço à reforma da Previdência, desde a greve geral de 14 de junho de 2019, fazendo com que a reforma fosse aprovada sem nenhuma resistência nas ruas. No âmbito estadual, a traição se acentua e as derrotas se avolumam. Nesse contexto, com a continuidade das contrarreformas, se levanta como urgente a superação das direções traidoras e conciliatórias no movimento dos trabalhadores, pela defesa da Greve Geral pela revogação da Reforma da Previdência em todas as suas instâncias.

Ceará

Governador Camilo Santana, do PT, reprime os trabalhadores, para impor a reforma da Previdência

No final do ano letivo, e contando com a desmobilização dos servidores públicos estaduais, o governador Camilo Santana e a bancada petista aprovaram, em regime de urgência, a reforma da Previdência estadual na Assembleia Legislativa.

O projeto de lei altera as regras do cálculo do valor da aposentadoria, as regras das pensões acima de dois salários mínimos, além do valor do pedágio para servidores que estejam próximos à idade exigida para se aposentar. O Governo enviou também uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que trata do aumento da idade mínima para aposentadoria do servidor, que salta, dos atuais 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), para, respectivamente, 65 e 62 anos.

O movimento sindical e as centrais, contudo, não conseguiram mobilizar os servidores e barrar a maldita reforma. Na segunda dia 16, o sindicato APEOC, que representa os professores da rede estadual convocou, pela manhã, uma coletiva de imprensa, para apresentar um estudo técnico, que mostrava as perdas para os docentes, em especial para as mulheres. Pela tarde, uma audiência pública, convocada pelos deputados petistas Moisés Bráz e Elmano de Freitas, serviu para as centrais e sindicatos espernearem o descontentamento com a medida do governo. A intervenção das direções sindicais na audiência foi centrada na reclamação de que o governo foi antidemocrático, pelo fato de não as ter convidado para discutir a proposta. Essa postura, expressa principalmente pela diretoria da Apeoc (CTB), mostra como a própria burocracia estava propensa a colaborar com o governo, numa reforma contra os trabalhadores!! Os poucos sindicatos cutistas presentes, por sua vez, fizeram de tudo para preservar o PT, indicando que “a reforma não era do partido, e sim do governo”. A quixotesca tentativa de salvar a pele do PT tem o objetivo apenas de confundir os explorados e preparar o terreno para novas traições e derrotas.

O sindicato dos fazendários demonstrou, com estatísticas e números, que a proposta do governo não se justificava, uma vez que não havia nem rombo da Previdência, nem déficit fiscal do erário, mas o contrário: o estado é um dos apresenta superávit nas contas públicas. Defendeu, por fim, a taxação das grandes fortunas e a cobrança da dívida das grandes empresas com a Previdência.

Os dias seguintes foram mostrando os erros das centrais e sindicatos. Na terça-feira, dia 17, Sinduece e Sindiute convocaram um ato para a ALCE. Na quarta-feira, foi a vez do sindicato Apeoc. Na quinta, apesar da convocação de ambas as centrais, o ato reuniu não mais de 300 pessoas. Nos dias 18 e 19, houve dura repressão aos servidores que tentaram entrar no prédio da Assembleia, onde a votação acontecia a portas fechadas. A ação do Batalhão de Choque, que usou spray de pimenta, bombas de efeito moral e cassetetes, foi desproporcional frente ao contingente reduzido de servidores, muitos deles aposentados. O POR responsabiliza o governo por todos os feridos no ato.

A PLC e a PEC foram aprovadas por ampla maioria de 34 votos a 8, no dia 19/12. Os 4 votos petistas (Acrísio Sena, Fernando Santana, Elmano Freitas e Moisés Bráz), como esperado, foram contra os trabalhadores. Chamou atenção a divisão do PCdoB, que deu um voto contra e outro a favor da reforma (Augusta Brito). Os votos contrários, de Soldado Noélio (PROS), Fernanda Pessoa (PSDB) e Heitor Ferrer (Solidariedade) expressaram tão somente oportunismo político, já que seus partidos votaram pela reforma da Previdência em Brasília.

A maldita proposta do governo petista, sob certos aspectos, acabou sendo mais dura que a de Bolsonaro/Guedes, a exemplo do desconto de 14% sobre as aposentadorias e as pensões (acima de dois salários mínimos), que é praticamente o dobro do percentual estabelecido pelo Congresso, de 7,5%.

A aprovação da reforma pelas mãos do PT confirma nossa avaliação de que o reformismo petista já admitia que algum tipo de reforma era necessário e que, portanto, não poderia desenvolver nenhuma luta consequente contra a destruição das aposentadorias.

A aprovação da reforma pelas mãos do PT confirma nossa avaliação de que o reformismo petista já admitia que algum tipo de reforma era necessário e que, portanto, não poderia desenvolver nenhuma luta consequente contra a destruição das aposentadorias. A traição petista põe às claras toda a hipocrisia da CUT, Frente Brasil Popular, as juventudes organizadas e seu palavreado ôco contra a reforma da Previdência nas lutas de 2019. No Ceará, a particularidade da aprovação da reforma, sem que houvesse rombo da Previdência e com o único objetivo de canalizar e elevar os recursos estaduais destinados aos investimentos (R\$ 28,8 bilhões pela LOA aprovada neste mesmo final de ano) mostra como o PT assumiu as pressões do capital financeiro e da grande burguesia.

O Partido Operário Revolucionário/POR esteve nos atos e na convocação denunciando o imobilismo das centrais e sindicatos, que não convocaram assembleias de base para travar a luta. Levantou as bandeiras de: ***Abaixo a reforma da Previdência de Camilo/PT*** e de ***greve geral dos servidores públicos estaduais do Ceará***, única forma de derrotar a proposta maldita do governo. A tarefa do momento é lutar sob a bandeira de ***revogação imediata da reforma da Previdência***. Contudo, é preciso denunciar por todos os lados o papel nefasto das direções traidoras, e propagandear a necessidade da construção de uma frente única das organizações dos explorados contra os ataques dos governos que avançam, sem resistência, sobre as condições de vida dos oprimidos.

Bolsonaro mantém o salário mínimo de fome

Em 1º de janeiro de 2020, passou a vigorar no Brasil o novo salário mínimo nacional. Do valor miserável de R\$ 998,00 passou para R\$ 1.039,00, ou seja, um aumento de 4,1%, que equivale a uma diferença de R\$ 41,00 no orçamento de 50% dos trabalhadores brasileiros. Segundo os institutos de pesquisa, IBGE e DIEESE, 50% dos trabalhadores recebem um salário mínimo. A fórmula adotada pelo governo, a partir desse ano, é de aplicar apenas a correção da inflação pelo INPC, não utilizando mais o crescimento do PIB dos anos anteriores.

(...) o cálculo do Dieese não é suficiente para atender a maioria dos trabalhadores ... cabe aos trabalhadores decidirem qual é o melhor valor de seu salário para sua sobrevivência.

É preciso lembrar que o salário mínimo, fixado em 1940 pelo Decreto-lei 2.162, corresponde à manutenção do trabalhador e de sua família pelo período de um mês. Os itens considerados são alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência social. Assim, o valor miserável de R\$ 1.039,00 deveria dar conta de todas essas despesas definida pela Constituição.

Como exemplo, podemos utilizar o valor da cesta básica mais cara dos 17 estados pesquisados pelo Dieese. Em novembro de 2019, a cesta básica mais cara dessas capitais foi

de Florianópolis, no valor de R\$ 478,68. Sendo assim, uma família de quatro pessoas poderá adquirir apenas 2,17 cestas básicas por mês. O restante dos itens obrigatórios para a manutenção do trabalhador e sua família fica comprometido.

Segundo o Dieese, o Salário Mínimo nacional necessário para a manutenção do trabalhador e de sua família deveria ser, em novembro de 2019, o equivalente a R\$ 4.021,39. Uma diferença monstruosa de R\$ 2.982,39.

Defender o Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Reajuste

Os trabalhadores não têm controle sobre o aumento do Salário Mínimo do governo, pois, quem determina seu valor é a burguesia. Mesmo o cálculo do

Dieese não é suficiente para atender a maioria dos trabalhadores, pois, não considera todos os itens necessários para a vida de uma família. Nesse sentido, cabe aos trabalhadores decidirem qual é o melhor valor de seu salário para sua sobrevivência. Por isso, o Partido Operário Revolucionário defende o Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Reajuste. Defende que os trabalhadores, em suas assembleias, definam o melhor valor. No entanto, isso só poderá ser feito com a organização dos trabalhadores em luta por melhores salários.

O “FAZ DE CONTA” DOS BUROCRATAS

As Centrais Sindicais (CUT, CTB, CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas e outras entidades sindicais nacionais) reuniram-se, em dezembro, para definir um plano de lutas para 2020. Dessa reunião, saiu um calendário de mobilização em defesa dos serviços públicos.

A centralização das mobilizações em torno dos serviços públicos é justificada pelas direções das centrais como um meio de aglutinar as diversas categoriais do país. Citam os projetos de destruição dos serviços públicos de Bolsonaro. O “Plano Mais Brasil”, composto pelas emendas à Constituição: a PEC Emergencial (PEC 186/19), a PEC dos Fundos (PEC 187/19) e a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/19), que estão em tramitação no Senado. Além disso, complementam com a privatização das empresas estatais, como Correios, Banco do Brasil, Caixa Eco-

nômica Federal, Eletrobrás, Serpro, Dataprev, Petrobras e outras.

O calendário de mobilizações tem início em 16 de janeiro, com reunião das entidades que representam os servidores públicos. Uma ação com os aposentados, em 24 de fevereiro; um bloco de carnaval em defesa dos serviços públicos; em março, com o Dia Internacional das Mulheres e, concluindo, no dia 18 de março, com o Dia Nacional de Paralisação, Mobilização, Protesto e Greves. Alguém de sã consciência acredita que esse é um calendário de luta? NÃO! Trata-se de mais uma manobra das burocracias sindicais para tentar ludibriar os trabalhadores.

Diante dos brutais ataques do governo Bolsonaro/Guedes às condições de vida da maioria oprimida, com retirada de direitos trabalhistas e previdenciário, salário mínimo miserável

e desemprego crescente, as centrais dizem que é preciso centralizar as lutas em torno dos serviços públicos. Ao contrário, as centrais sindicais, depois das duas grandes traições com a aprovação da reforma trabalhista e previdenciária, deveriam estar organizando o combate. O que implica convocar as assembleias, plenárias e constituir os comitês de base, objetivando a retomada da greve geral. Sem uma firme preparação da luta de resistência do conjunto dos explorados, não será possível enfrentar as contrarreformas de Bolsonaro, e os planos de flexibilização capitalista do trabalho. Um “calendário” de lutas é coisa de burocrata. A classe operária e demais explorados devem, sim, aprovar um plano de lutas, discutido amplamente nas assembleias e impulsionado pela força coletiva dos trabalhadores.

Recife

Pelo avanço da luta contra as demissões dos cobradores

Os atos contra as demissões de cobradores na Região Metropolitana do Recife seguiram, até a primeira quinzena de dezembro, com bloqueios de ruas e avenidas, em vários pontos da cidade, com a participação de moradores de bairros operários. O POR vem participando dos atos, defendendo na prática o método da ação direta para conquistar a readmissão dos trabalhadores.

Na reunião de balanço, em 17/12, convocada pela direção eleita do sindicato (Guará-Resistência/PSOL), foi dado o informe de que o governador propôs uma trégua ao movimento até 31/01, com suspensão das demissões e das manifestações. Os presentes manifestaram repúdio à proposta, considerada mera enrolação. Ao mesmo tempo em que defendeu o avanço da luta, a direção disse que estava preocupada com os trâmites da posse (23/12), e o período de festas, que impossibilitava de conseguir organizar os atos. Foi deliberado manter os atos, e não ceder à proposta do governo. Mas, o ato marcado não ocorreu.

Foi um acerto envolver a população nos bairros nos atos. A empresa, para se contrapor, passou a convocar reuniões nos bairros para discutir a retirada dos cobradores. Na avaliação, os rodoviários fizeram críticas à postura da CSP-Conlutas (PSTU), à qual o sindicato é filiado, por estarem nos atos e nos espaços apenas para tirar fotos, e não construir o movimento. É necessário que a CSP-Conlutas reveja sua postura, pois, a central tem o dever de trabalhar pela unidade classista, convocar plenárias com demais setores, para que a luta dos rodoviários não fique isolada.

Posse da diretoria eleita

A posse ocorreu no dia 23/12, com um ato em que a categoria, sindicatos, movimentos sociais, associações de moradores e partidos estiveram presentes. Há várias gestões, o sindicato está fechado para os trabalhadores. A gestão anterior (do Grilo) se apoiou na oposição, que tinha a presença do PSTU, e, após derrotar um grupo gangsteril, deu um golpe interno, e filiou o sindicato à Força Sindical, integrando no-

vos elementos à burocracia sindical corrompida. Com base na experiência recente, a categoria atendeu ao chamado em defesa do sindicato. A direção eleita tem militantes que dirigiram as últimas greves. O presidente é um demitido político reintegrado judicialmente. A campanha por um sindicato de luta ocorreu junto com os atos da oposição nas greves gerais e contra as demissões. As falas expressaram principalmente a necessidade da unidade e a importância do sindicato não se vender aos interesses dos patrões.

O POR esteve presente com banca, distribuição do Nossa Classe, propaganda do jornal Massas e fala, saudando a posse, reconhecendo a importância da gestão de luta para a categoria, defendendo a organização e fortalecimento coletivo por meio da convocação das Assembleias. Não basta a ação combativa de um punhado de representantes, é preciso que

Não basta a ação combativa de um punhado de representantes, é preciso que a categoria se coloque em movimento.

a categoria se coloque em movimento. Mostramos que os ataques sofridos pelas outras categorias, presentes no ato, expressavam as mesmas medidas dos governos que, em resposta à crise capitalista, aumentam a exploração, a qual os rodoviários sentem com a demissão

e superexploração, os trabalhadores dos Correios e os metroviários com a privatização, a educação com cortes, sucateamento e privatização. A população, que já constrói os atos contra a demissão dos rodoviários, deve ser convocada para construir uma pauta de reivindicações que também defenda suas condições de vida e trabalho.

Ante o aumento absurdo da tarifa do metrô, para R\$ 3,70, e o iminente aumento da tarifa de ônibus, somado à privatização dos metrô planejada por Bolsonaro, a tendência de luta presente nos rodoviários pode se projetar. A defesa dos empregos tem forte apelo nos bairros. É preciso defender também a estatização do transporte coletivo, sem indenização. Unir a luta de trabalhadores e usuários. No interior das lutas do transporte, defender a retomada da construção da greve geral em defesa dos empregos e dos direitos trabalhistas e sociais. Só a unidade dos explorados pode pôr abaixo as contrarreformas dos governos.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



Derrubar o aumento das tarifas nas ruas!

Unificar a juventude explorada com os trabalhadores contra o aumento do custo de vida, em defesa dos empregos, salários e direitos!

7 de janeiro de 2020

Mais uma vez, a prefeitura e o governo aumentaram as tarifas dos transportes, desta vez, de R\$ 4,30 para R\$ 4,40, na cidade de São Paulo. Procuram naturalizar o aumento anual do preço da passagem, quando isso nada tem de natural. O prefeito Bruno Covas (PSDB) argumenta que o aumento foi menor que a inflação, mas esconde que o aumento do ano passado foi o dobro da inflação, e que o valor arrecadado com as passagens esteve acima do valor da concessão, ou seja, as empresas do setor lucraram muito. Contraditoriamente ao aumento, a prefeitura incluiu na concessão a “racionalização para redução de custos”, o que significa cortar linhas e trechos de linha. Ou seja, vamos pagar mais caro por um transporte ainda pior.

O aumento da tarifa dos transportes faz parte do aumento do custo de vida. Segundo o IBGE, o gasto médio das famílias com transporte, em 2018, ultrapassou o gasto com alimentação, ficando atrás somente dos gastos com moradia. Esse quadro tende a se agravar, devido à diminuição do valor médio dos salários e o aumento da informalidade. Mesmo diante de tal situação, a prefeitura de São Paulo vai diminuir o subsídio em R\$ 700 milhões (manterá ainda mais R\$ 2 bilhões) e repassar, na prática, o pagamento dessa diferença para os explorados, com o aumento da passagem. Essa é a lógica capitalista de garantir a lucratividade dos capitalistas dos transportes, à custa dos trabalhadores.

O aumento da tarifa está inserido no conjunto de ataques que vêm sendo despejados sobre a classe operária e demais oprimidos, para garantir o lucro dos capitalistas em meio à crise econômica. A aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, a lei da

terceirização e uma série de outras medidas de retirada de direitos dos explorados servem a esse propósito. Por isso, devemos lutar contra essas medidas de conjunto.

A experiência das lutas, em especial a de 2013, demonstrou que somente nas ruas é que poderemos reverter o aumento. Mas, demonstrou também que limitar a luta à reivindicação contra o aumento poderá significar simplesmente a postergação dele. Devemos reivindicar o passe livre para estudantes e desempregados, ao mesmo tempo em que lutamos em defesa dos salários e empregos. É necessário impulsionar o movimento geral, contra os governos e capitalistas, em defesa das nossas condições de vida, dos nossos direitos e dos empregos. Por isso levantemos as bandeiras:

- ***Passe livre aos estudantes e desempregados!***
- ***Estatização sem indenização de toda rede de transporte, sob controle dos trabalhadores!***
- ***Por um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias, com um valor que cubra as necessidades do trabalhador e sua família;***
- ***Pelo reajuste automático dos salários, de acordo com a alta do custo de vida;***
- ***Contra o desemprego, defendamos a escala móvel das horas de trabalho;***
- ***Estabilidade no emprego para todos;***
- ***Revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária!***

Juventude se manifesta já no início do ano

Aconteceram, nos dias 7 e 9 de janeiro, no centro de SP, as primeiras manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento das tarifas do transporte público na cidade. A passagem dos ônibus, trens e metrô vai, de R\$ 4,30, para R\$ 4,40, com aumento da integração também, de R\$ 7,48, para R\$ 7,65. O índice de reajuste é de 2,33%. A Prefeitura, sob a gestão Bruno Covas/PSDB, alega que o índice é inferior à inflação. No entanto, se tomado em perspectiva, contando os últimos anos, o aumento é muito superior à inflação.

O primeiro ato contou com milhares de pessoas, a maioria jovem – universitários e secundaristas. Bloqueou vias importantes da cidade, concluindo o trajeto na Av. Paulista. Vários jovens acabaram presos, no final, em decorrência de uma tentativa de realizar o tradicional “pula catraca”. numa estação de metrô. Foram todos liberados, no dia seguinte. O segundo já foi bem menos expressivo, contando com cerca de 200 manifestantes, também concluindo com repressão policial.

O movimento vinha de uma experiência melancólica do ano passado, quando as passeatas foram pequenas, principalmente se

comparadas ao potencial de mobilização demonstrado pelo MPL, em junho de 2013. A situação objetiva, porém, exige dos explorados uma resposta política. O aumento das passagens se insere num quadro de elevação do custo de vida, que incide sobre os mais pobres. Há milhões de desempregados e subempregados no país, sobrevivendo à mingua – especialmente após a aprovação da reforma trabalhista.

Esse aspecto, da piora das condições de vida da maioria, confere um potencial explosivo à reivindicação principal do movimento. A luta contra a elevação das tarifas pode servir para unificar a juventude com os trabalhadores, e pode levar à constituição de um movimento massivo, tal como se viu no Chile, Equador e outros países, no semestre passado. Existem alguns elementos, todavia, que servem de freio a essa tendência, sendo o mais importante a política da direção, o MPL.

O MPL segue com a sua política semi-anarquista, de conteúdo pequeno-burguês. Intitula-se apartidário, horizontal e autônomo. Não cabe aqui discutir novamente os limites de tais “princípios” (temos vários artigos publicados a esse respeito, desde a origem



do movimento). Vale destacar apenas **três pontos**, bastante concretos: **a organização, o conteúdo e a tática.**

Para começar, o MPL decide tudo por cima e pelas costas da militância que integra as mobilizações. Age como se fosse “proprietário” da pauta dos transportes. As correntes de esquerda maiores, entretanto, nada fazem efetivamente para pressionar o MPL nesse sentido. O ato da terça (7/01) não foi antecedido e preparado por nenhuma assembleia, comitê etc. O segundo repetiu a dose. Isso não tem nada de “horizontal”. O trajeto é discutido com a polícia, e mais ninguém sequer é consultado. A data e o local da concentração do ato seguinte também não passam por qualquer avaliação coletiva – o próximo acontecerá na quinta, 16/01. Outra manifestação, de caráter mais localizado, está marcada para 15/01, no Grajaú, e está sendo convocada/organizada por ativistas da região.

A luta contra o aumento das tarifas tem se dado a partir de uma frente única, com a participação de várias tendências políticas dos explorados. O correto, assim, é que as decisões sejam tomadas por aqueles que participam efetivamente do combate. A tomada de decisões a despeito das outras organizações e dos ativistas independentes não passa de um traço burocrático.

O segundo ponto deste balanço diz respeito ao conteúdo, ou seja, às consignas. O MPL continua tratando o problema das tarifas como uma questão de “mobilidade urbana”. Certamente existe uma limitação imposta aos mais pobres, que têm dificuldade para se locomover pela cidade. O problema está em negar a inserir o assunto no quadro mais amplo do aumento da carestia – o que exigiria se imiscuir na militância sindical, em defesa dos salários e dos empregos, tarefa que o MPL ignora, como se não fosse de sua alçada.

Ainda sobre as bandeiras: o MPL chega até a questionar o controle dos transportes pelos magnatas do setor, mas se nega a defender a bandeira da estatização. O que revela uma enorme inconsistência, pois, não explica como retirar os transportes das mãos dos capitalistas, sem ser pela via da estatização. Defende também a “Tarifa Zero”, explicando o caminho para a gratuidade a partir de manobras fiscais (impostos progressivos etc.), que supostamente garantiriam as despesas. Trata-se de uma saída política tipicamente reformista. Coloca o movimento a reboque daquilo que é “possível alcançar”, sem a necessidade de uma ruptura revolucionária em relação à propriedade burguesa e ao Estado burguês.

A luta contra o aumento das tarifas se tem dado a partir de uma frente única, com a participação de várias tendências políticas dos explorados. O correto, assim, é que as decisões sejam tomadas por aqueles que participam efetivamente do combate. A tomada de decisões a despeito das outras organizações e dos ativistas independentes não passa de um traço burocrático.

O terceiro ponto: sobre a tática. O MPL confia na possibilidade de repetir o êxito (em termos quantitativos) de 2013. Como já foi dito acima, não se pode descartar, dada a situação objetiva, que essa mobilização venha a deslanchar. Contudo, a linha de convocação descolada das fábricas e locais de trabalho, associada ao radicalismo desvinculado do movimento em geral tende à esterilidade. Tem repetido-se a prática de provocar a polícia com o “pula catraca” no final dos atos, quando a maioria já dispersou – depois do tradicional jogral, que costuma encerrar as manifestações. Não que seja um problema recorrer à ação direta, pelo contrário. O equívoco está nas ações isoladas, que facilitam a repressão.

Fora tudo isso, há o risco de se convocar dois atos por semana, sem uma verificação da disposição das bases. O MPL convocou um para terça e outro para quinta, dia 9. À primeira vista, pode-se dizer que, quanto mais ativa for a mobilização, melhor. Isso está correto, desde que se avalie o ânimo das massas. Caso contrário, a decisão pode se voltar contra o movimento, levando a um esvaziamento dos protestos de rua.

O **Partido Operário Revolucionário** esteve presente nos dois primeiros atos, com o seu panfleto específico sobre o tema, e outro acerca da questão iraniana. Procurou enfatizar a importância de se ligar a luta da juventude com a dos trabalhadores, respondendo ao problema do aumento do custo de vida. Para isso, defendeu as bandeiras de salário mínimo vital, com reajuste automático; passe livre para estudantes e desempregados; escala móvel das horas de trabalho e estabilidade no emprego; revogação das contrarreformas (trabalhista, previdenciária etc.) e estatização, sem indenização, de todo sistema de transportes, sob o controle dos trabalhadores.

No dia 9, o **POR** interveio com a mesma linha, do ponto de vista do conteúdo, acrescentando a defesa da democracia operária e da ação direta das massas, a fim de combater os desvios observados no primeiro ato. O fundamental está em trabalhar para que o movimento seja vitorioso e que possa avançar.

Enfrentar a intervenção de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino

No dia 24 de dezembro, Bolsonaro editou uma Medida Provisória (MP-914), que acrescenta mecanismos antidemocráticos na eleição e nomeação de reitores das universidades, institutos federais e no Colégio Dom Pedro II (RJ). A medida está em vigor, mas, para se manter, precisa ser confirmada pelo Congresso Nacional em 120 dias, descontado o recesso que vai até 02 de fevereiro.

A lista tríplice é reafirmada. A possibilidade de o mais votado não ser empossado passa a valer também nos Institutos Federais, onde as eleições são diretas. Bolsonaro já interveio em pelo menos seis instituições no ano passado, sendo, em duas delas, nomeadas pessoas que nem mesmo compunham a lista (UFGD e CEFET-RJ).

O que muda na lista tríplice é que, antes, a exigência era de que fosse formada por um colegiado superior composto por 70% de docentes. A consulta à comunidade, informal, não tinha regras rígidas. Agora, a lista será composta diretamente a partir da consulta, em que o peso do voto é fixado em 70% para docentes, 15% para técnico-administrativos, e 15% para estudantes. Atualmente, a maioria das universidades adota o voto paritário, prática que será considerada motivo para desconsiderar a consulta e impor um interventor, chamado na MP de “reitor pro tempore”.

Esta figura será nomeada pelo Ministro da Educação em casos de vacância, ou quando o MEC se recusar a homologar o resultado da consulta, alegando a existência de irregularidades.

A MP indica que as votações devem ser feitas de forma eletrônica, conforme critérios de confidencialidade e autenticidade, definidos pelo MEC. E os candidatos serão submetidos à lei da ficha limpa. Altera-se também a escolha dos demais dirigentes. É o reitor (nomeado pelo presidente) quem escolhe o vice-reitor, os diretores gerais dos campi, diretores de centro e seus vices.

Os reitores, por meio de sua associação nacional, se disseram surpresos com a falta de debate, e defendem a autonomia na escolha dos dirigentes. Parlamentares da oposição burguesa, como a bancada do PT, se movimentam para combater a MP, por ferir a Constituição. O Andes, sindicato nacional dos docentes das instituições públicas de ensino superior, emitiu nota, denunciando a medida por sua forma e conteúdo, defendeu o fim da lista

tríplice, com eleição direta que se encerre na própria instituição de ensino, por meio de voto paritário ou universal. A UNE se pronunciou reclamando da data em que a medida foi aprovada, e do retrocesso quanto à autonomia e ao peso do voto estudantil, defendendo o modelo paritário.

É preciso ir além. Mais do que combater a atual MP, é preciso mostrar que as universidades já são governadas de forma antidemocrática. A lista tríplice garante que a palavra final, na escolha, seja do presidente. Indica que o reitor, em vez de representar a comunidade, representa o Estado burguês no interior da universidade. Os reformistas organizam a resistência no campo da defesa da atenuação desta estrutura antidemocrática. A consulta

O poder está nas mãos da casta burocrática ... que age em favor das medidas privatistas, e da preservação da estrutura autoritária, funcional aos negócios que estabelecem nas instituições. Bolsonaro reforça isso, e centraliza ainda mais o poder nas mãos do executivo, o que provoca atritos ocasionais com a burocracia universitária.

paritária não é democrática. Por não ser direta e por estabelecer um peso do voto em que é necessário juntar cerca de 20 estudantes para garantir o peso do voto de um docente. O problema, porém, não é numérico. Os estudantes compõem o setor mais dinâmico da universidade, têm maior possibilidade de se vincularem às lutas mais gerais dos trabalhadores, como já demonstraram historicamente em vários momentos. O poder está nas mãos da casta burocrática, composta por docentes, que age em favor das medidas privatistas, e da preservação da estrutura auto-

ritária, funcional aos negócios que estabelecem nas instituições. Bolsonaro reforça isso, e centraliza ainda mais o poder nas mãos do executivo, o que provoca atritos ocasionais com a burocracia universitária. Seu objetivo é facilitar a imposição das medidas privatistas e destruidoras da educação, como o Future-se. E, ainda, ampliar sua ofensiva anticientífica e persecutória.

O combate à MP 914 precisa se dar em unidade com a defesa de uma real autonomia e democracia nas instituições de ensino. Nada de confiar na burocracia universitária e no terreno jurídico parlamentar. Erguer as assembleias gerais com voto universal, que sejam base do governo tripartite de estudantes, técnico-administrativos e professores nas Universidades e Institutos Federais e, na Educação básica, a soberania da Assembleia escolar. Combater o privatismo com a defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.



Proletária da Educação
nº 9
Set 2019

Derrotar a barbárie social, que se espalha pela Educação, com o programa revolucionário do proletariado

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Nesta edição:

- **Irã** - Páginas 19 a 21: Estados Unidos preparam guerra contra o Irã / Derrotar o imperialismo.
- **Bolívia**: O lixo que a democracia burguesa oferece nas eleições / Acentua-se a divisão no MAS
- **Argentina**: Por trás das expectativas criadas por Fernández, se esconde uma política de saque.
- **Chile**: Pontos para um balanço da crise chilena.
- **Lênin**: Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Manifesto Partido Operário Revolucionário

Estados Unidos preparam guerra contra o IRÃ

3 de janeiro de 2019



Em 3 de janeiro, após uma ordem secreta de Donald Trump, a Força Aérea dos Estados Unidos fulminou o general iraniano Qasem Soleimani, chefe militar da Guarda Revolucionária, com um ataque realizado por drones, no aeroporto de Bagdá.

O assassinato de Soleimani aconteceu três dias após a embaixada norte-americana, no Iraque, ter sido alvo de protestos aos gritos de “Morte aos Estados Unidos!”, convocados em resposta ao massacre perpetrado pelas forças norte-americanas, em 29 de dezembro do ano passado, que deixou pelo menos 25 mortos em atentados na fronteira entre Iraque e Síria.

Trump festejou o ato terrorista, justificando-o como prevenção contra supostos atentados que estariam sendo planejados pelo Irã, “para atacar diplomatas norte-americanos e militares no Iraque e em toda a região”. O primeiro-ministro israelense, Benjamim Netanyahu, defendeu a decisão como se fosse em “legítima defesa”. O Aiatolá Ali Khamenei, a mais alta autoridade no Irã, ameaçou revidar e deflagrar um conflito em grande escala. O primeiro ministro do Iraque, Adel Abdelmahdi, denunciou a violação de sua soberania nacional. O mais provável é que as ameaças sirvam para dar uma satisfação ao ódio da população à prepotência do imperialismo.

O ataque constituiu uma declaração de guerra ao Irã. Há muito, os Estados Unidos e Israel preparam uma intervenção, como a ocorrida no Iraque e Afeganistão. O acordo montado

A ofensiva dos Estados Unidos contra o Irã expressa o avanço da barbárie imperialista. Reflete o esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra. Assinala a impossibilidade de resolver essas contradições estruturais, históricas, por vias pacíficas.

pelo ex-presidente Barack Obama, com apoio das potências europeias, Japão e Rússia, adiou o conflito. Trump rompeu o acordo, e indicou o caminho da escalada militar. Ocorre que os EUA não podem permitir o crescimento da influência iraniana na região. O que vem se passando, principalmente, desde a derrota do Estado Islâmico.

Na base da ofensiva dos Estados Unidos/Israel contra o Irã, está a retomada da crise mundial, que eclodiu em 2008, e não foi superada. Em outras palavras, avança a decomposição do modo de produção capitalista, nas condições em que o mercado mundial está estagnado, a indústria retrocede, agricultura enfrenta dura concorrência, e o parasitismo financeiro tende a desabar.

A ofensiva dos Estados Unidos contra o Irã expressa o avanço da barbárie imperialista. Reflete o esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra. Assinala a impossibilidade de resolver essas contradições estruturais, históricas, por vias pacíficas.

No caso de Oriente Médio, esse esgotamento foi já assinalado com a Guerra do Golfo, contra o governo de Saddam Hussein, em 1990. A ocupação militar do país demonstrou que a manutenção da hegemonia norte-americana nessa região exigia impor uma nova partilha de recursos naturais, e quebrar qualquer entrave erguido por qualquer governo ou movimento aos objetivos imperialistas.

O intervencionismo imperialista por cima das fronteiras nacionais e as guerras como método de solução às graves convulsões políticas decorrem das violentas contradições entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas, com as fronteiras nacionais e as relações de produção. Essas contradições não podem ser resolvidas, enquanto se mantiver a grande propriedade privada monopolista sobre os meios de produção.

Não se acabará com a prepotência imperialista sem destruir suas bases materiais na região, expropriando a grande propriedade privada monopolista, sem travar a luta pela derrocada revolucionária dos governos títeres, por meio da insurreição das massas, e sem que os oprimidos da região desenvolvam os métodos da luta de classes, e voltem as armas contra o imperialismo e seus vassalos.

A classe operária e os explorados em todo o mundo devem condenar o ataque militar ao Irã. Trata-se de defender a nação oprimida contra os seus opressores imperialistas. É preciso, portanto, começar a luta anti-imperialista em cada país. Aqui, no Brasil, o POR rechaça e denuncia o apoio do governo Bolsonaro à política de guerra de Trump. Os maiores terroristas são os Estados Unidos, que estão envolvidos em todos os conflitos mundiais, e se valem de seu poderio militar para impor sua he-

Irã

gemonia e saquear as débeis nações oprimidas. É preciso também desmascarar os governos que lamentam sobre os perigos da escalada de violência no Oriente Médio. O que está posto é a preparação das condições de guerra dos Estados Unidos e Israel, contra o Irã. A bandeira da classe operária mundial e dos povos oprimidos é a de pôr em pé um movimento contra o intervencionismo norte-americano.

Estão colocadas as condições objetivas para que as massas oprimidas do Oriente Médio se levantem unidas contra os saqueadores do mundo, e avancem na construção de uma frente única anti-imperialista, possibilitando o armamento das massas, e a constituição de uma organização independente, que supere as fronteiras nacionais e sectarismo religioso. O que assinala a urgente necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, retomando assim os métodos e tradições internacionalistas da luta dos explorados e oprimidos, contra seus opressores comuns.

Somente a ação revolucionária das massas, sob a direção e o programa do proletariado, poderão derrotar o imperialismo e romper com o sectarismo nacional-religioso, organizando-as sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Morra o imperialismo e seus serviços na região! Expulsar as forças de ocupação norte-americana do Iraque! Armar as massas oprimidas para derrotar os opressores e genocidas dos povos! Construir a Frente Única Anti-imperialista!

Manifesto Partido Operário Revolucionário

Derrotar o imperialismo

Fora os Estados Unidos do Iraque e do Oriente Médio

8 de janeiro de 2020

Não se sabe ainda a extensão do contra-ataque do Irã às bases militares dos Estados Unidos no Iraque. Tudo indica, pelo tom displicente de Trump, que não provocou estragos ao ponto de os Estados Unidos reagirem prontamente. Logo mais, saberemos se os lançamentos de mísseis pelo governo iraniano são apenas uma resposta limitada para dar alguma satisfação à revolta popular, que tomou conta, não só do Irã, como também do Iraque. A melhor resposta e mais efetiva é a de organizar o movimento das massas que expresse a defesa da nação oprimida contra a agressão do domínio imperialista. Trump não se preocupa tanto com a capacidade militar do Irã, que é diminuída, diante do poderio norte-americano. Teme, principalmente, o levante das massas, que poderá não só unir iranianos e iraquianos, como também outros povos do Oriente Médio.

O imperialismo necessita das divisões entre as nacionalidades e povos para exercer a opressão. As rivalidades étnico-religiosas se assentam nos interesses econômicos, amplamente utilizadas e exploradas pelas potências. Conservam-se regimes semifeudais e autocráticos. Os choques constantes e guerras

civis se originam nas disputas territoriais, incentivados pelo intervencionismo externo.

Desde a desintegração do Império Otomano – dominação turca sobre a região –, ocorrida na Primeira Guerra Mundial, a região se tornou um campo de constantes conflitos bélicos, marcados pelos interesses imperialistas. A criação artificial do Estado de Israel se deu nos marcos de uma nova redivisão das fronteiras nacionais, sob o fogo da Segunda Guerra Mundial. Momento em que os Estados Unidos sobrepõem sua hegemonia à da Inglaterra e França. O expansionista sionista se faz por meio da guerra e da frequente violência sobre as massas palestinas. A submissão da Arábia Saudita e Egito às determinações norte-americanas, tendo por fundamento a economia petrolífera, favoreceu o divisionismo étnico-religioso. No momento, a Arábia Saudita procura liquidar a influência do Irã no Iêmen, escorada pelos Estados Unidos e Israel.

Encerrada a guerra entre Irã e Iraque (1980-1988), sobreveio a guerra do Golfo Pérsico, em 1990, liderada pelos Estados Unidos, contra o Iraque. Em 2001, em nome do combate ao

terrorismo da Al-Qaeda, os Estados Unidos ocuparam o Afeganistão, derrubaram o governo do Talibã, e instituíram um títere. Em 2003, os Estados Unidos invadiram e ocuparam o Iraque, derrubaram o governo de Saddam Hussein, e promoveram a sua execução. Em 2011, a partir de manifestações contra o governo Bashar al-Assad, teve início a guerra civil, que foi internacionalizada pela intervenção dos Estados Unidos, aliados europeus e Rússia. É nesse quadro de choques permanentes, de intervenção imperialista e de submissão de governos, como os da Arábia Saudita e Egito, que se desenvolveu o movimento nacionalista da Jihad, com suas bifurcações mais significativas, Al-Qaeda, em 1988, e Estado Islâmico, 2014. O nacionalismo se mostra impotente. E os seus métodos terroristas não têm como combater o poderio militar do imperialismo. A derrota do Estado Islâmico, no entanto, se deu por meio de uma poderosa coalizão, liderada pelos Estados Unidos, com a participação do Irã e Iraque.

Derrotado o Estado Islâmico, voltou a imperar a necessidade de os Estados Unidos quebrarem a crescente influência do Irã em várias partes do Oriente Médio. A decisão de Trump, de assassinar um homem de Estado, da importância do general Qasem Soleimani, comandante da Guarda Revolucionária do Irã, bem como Abu Mahdi al-Muhandis, das Brigadas Hezbollah, seguiu ao objetivo de criar as condições para a guerra contra o Irã, tão almejada pelo governo sionista de Israel. O primeiro passo foi o de romper o acordo nuclear estabelecido pelo governo de Barack Obama. O motivo alegado foi o de que o governo iraniano não se curvou completamente às exigências do imperialismo. A ruptura do acordo veio seguida do cerco econômico e isolamento comercial do Irã. É típico da potência hegemônica sufocar economicamente o país, para quebrar o seu governo e impor, em seu lugar, um serviçal.

Nota-se que o ataque terrorista de Trump no aeroporto de Bagdá não teve ressonância positiva entre as potências europeias, que receiam um levante de massa anti-imperialista. É visível que a escalada militar no Oriente Médio é parte da guerra comercial, embora não transpareçam imediatamente os seus laços. As tendências bélicas estão inseridas nas tendências desintegradoras da economia mundial. Uma guerra contra o Irã, sem dúvida, teria consequências muito maiores que a in-

tervenção no Afeganistão e no Iraque, e que a guerra na Síria.

Os Estados Unidos não têm como impor isoladamente uma nova partilha no Oriente Médio. Haja vista o resultado desastroso da ocupação do Iraque, e a tentativa de incorporar o Curdistão petrolífero ao seu domínio. A decisão do parlamento iraquiano, de que os norte-americanos retirem suas bases militares do país, reitera a exigência anterior. Esse ato de soberania nacional contraria a estratégia geopolítica dos Estados Unidos, que sustenta na região quase três dezenas de bases militares, e cerca de oitenta mil soldados. O aparato militar norte-americano, que cobre sete países, evidencia que o imperialismo ianque praticamente ocupa a região.

A anuência dos governos pró-imperialistas está em choque com a tendência das massas, de rechaçarem a dominação norte-americana. A reação popular, desencadeada pelo atentado, ordenado pelo Pentágono, evidenciou o ódio generalizado aos saqueadores do Oriente Médio. A luta anti-imperia-

lista das massas e dos povos oprimidos deve ser apoiada incondicionalmente. É um bom momento para lhes mostrar os limites dos governos burgueses nacionalistas – como o do Irã – e dos movimentos jihadistas. A maioria explorada continua a seguir o nacionalismo, incapaz de impor a independência nacional como parte da luta pela expropriação e expulsão das potências do Oriente Médio; e como via para acabar com os cho-

ques étnicos-sectários.

O programa histórico da classe operária é o dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Os explorados, organizados em uma frente única anti-imperialista, podem se erguer como uma força revolucionária, capaz de derrotar os Estados Unidos e as demais potências.

Fora os Estados Unidos do Iraque e de todo Oriente Médio! Pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas! Que os povos e etnias do Oriente Médio decidam sobre seus próprios problemas. Lutemos pela derrota de Trump e de todos aqueles que se curvam diante da prepotência norte-americana!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Órgano central del partido obrero revolucionario



O lixo que a democracia burguesa oferece nas eleições

O Tribunal Supremo Eleitoral fixou a data das eleições para o dia 3 de maio de 2020; em caso de segundo turno, este se realizará em 14 de junho.

O vespeiro eleitoral burguês já mostra toda a miséria que esta classe, historicamente esgotada, e corrupta até a medula, que já não pode oferecer ao país a superação de sua condição de atraso extremo e miséria generalizada.

De um lado, está o MAS, que, depois da fuga de Evo Morales, se encontra em profunda crise. Entretanto, depois de sua queda, para negociar com o novo governo a sua permanência no campo eleitoral, o MAS pôde utilizar a seu favor a mobilização de setores camponeses e populares de origem indígena nas cidades, que reagiram diante da ofensa a seus símbolos nacionais, pelos partidários do novo governo ul-

O MAS está esgotado como proposta política para as grandes massas. Por isso, foi expulso do poder pelo repúdio popular, cansado da corrupção e da prepotência MASista. Evidentemente, porém, uma boa parte da população indígena, tanto do campo como das zonas periféricas cidades, continua se identificando com o irmão Evo pela sua condição nacional.

tradireitista da Sra. Janine Añez, bem como pelos cocaleiros de Chapare diante do anúncio, por parte do novo ministro do Governo, Arturo Murillo, de retorno da DEA, para a repressão ao narcotráfico. Mantendo o acordo pactuado entre os parlamentares do MAS e o governo Añez, o Tribunal Supremo Eleitoral tem recusado os pedidos de impedir o MAS de participar das próximas eleições, não aceitando retirá-lo seu registro jurídico, por ter realizado a fraude eleitoral. A independência de poderes é uma ficção.

O MAS está esgotado como proposta política para as grandes massas. Por isso, foi expulso do poder pelo repúdio popular, cansado da corrupção e da prepotência MASista. Evidentemente, porém, uma boa parte da população indígena, tanto do campo como das zonas periféricas cidades, continua se identificando com o irmão Evo pela sua condição nacional.

O uso do terror contra as cidades, que se levantaram contra o governo de Evo Morales, certamente aprofundou o repúdio urbano ao MAS. No entanto, por outro lado, o repúdio à velha direita, agora elevada ao Poder, empurra alguns setores dos trabalhadores a apoiarem eleitoralmente o MAS, diante do neoliberal Mesa, ou do fascista Camacho.

A velha direita, nas eleições de 20 de outubro passado, concentrou o voto antimasista na candidatura neoliberal de Carlos Mesa, ex-vice-presidente de Gonzalo Sánchez de Lozada, e defensor entusiasta da política entreguista desse governo. É bem provável que Mesa abdique de sua candidatura, agora, em nome de uma frente única antimasista, em favor da dupla fascista Camacho-Pumari, que a presidente Añez procura organizar para assegurar um triunfo eleitoral sobre o MAS.

O fascista Camacho, expressão da rançosa oligarquia de Santa Cruz, foi membro de bandos racistas da juventude de Santa Cruz, é um empresário autoritário e abusivo, um hipócrita fanático religioso ultradireitista. Sem se envergonhar, Camacho fez uma aliança com o ambicioso oportunista, Marco Pumari, presidente do Comitê Cívico de Potosí. A reconciliação entre ambos ocorreu com um abraço, depois de Pumari ter sido denunciado por Camacho, por ter pedido 250 mil dólares, e o controle das aduanas de Potosí e Oruro. Participarão das eleições sob a sigla do caduco MNR, com a pretensão de converter-se no eixo de unidade da velha direita para enfrentar o MAS.

É difícil imaginar uma amostra mais repugnante do que a “democrática” aliança politiquiera assentada na corrupção, diante da qual os democratas do CONADE, os comentaristas e meios de comunicação, agora sob o controle do governo provisório, nem se escandalizam, pelo contrário, saúdam.

Se este personagem for ungido como presidente, a Bolívia será transformada em uma enorme fazenda nas mãos do empresário, cuja vontade estaria por cima da Constituição, tantas vezes violada.

A dupla fascista Camacho-Pumari é a fiel expressão da podridão política da incapaz burguesia boliviana.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.616,
do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia)

Acentua-se a divisão no MAS

A rebelião de importantes setores indígenas e o fracasso da reunião de Buenos Aires

As tendências centrífugas no interior do MAS podem prejudicar seriamente as suas pretensões eleitorais. O choque entre as suas bases sociais e as direções burocratizadas e corruptas é evidente.



Imediatamente após a renúncia de Evo Morales e de sua saída ao exílio, a rebelião indígena (a aymara em La Paz e a quechua em Cochabamba, Oruro, Potosí e Chuquisaca) colocou à beira do colapso o governo provisório. Depois do período de terror vivido pela classe média das cidades – pressionada pelo cerco dos oprimidos do campo e dos bairros populares em La Paz – Añez somente tinha em suas mãos o controle do exército e da polícia. Promulgou um decreto supremo, que autorizou o exército a usar armas de guerra para sufocar a rebelião indígena. O que produziu enfrentamentos em La Paz e Cochabamba, com o saldo de dezenas de mortos. Se não surgissem tendências mediadoras no movimento camponês, orientadas à pacificação, objetivando restabelecer as relações comerciais normais com as cidades, o processo poderia ter desembocado em uma guerra civil. Os dirigentes masistas apostavam nesta última possibilidade, para conduzir o processo para a “vietnização do país”, como havia anunciado Juan Ramón Quintana a uma agência de notícias russa.

O MAS já não podia contar com os ayamaras e os quechuas, que se colocaram na linha de pacificação, poderosa corrente que terminou fraturando o MAS entre radicais e conciliadores. Essa última corrente dominante no Parlamento, tendo à frente Eva Copa. Somente contava com o movimento cocaleiro que, usando o terror para submeter os insatisfeitos do Trópico de Cochabamba, pretendiam se manter como o bastião social radical, ameaçando com novas arremetidas, para facilitar as manobras da direção MASista, instalada em Buenos Aires.

O plano de Morales de se tornar o árbitro da política boliviana, desde Buenos Aires, e de criar as condições mais favoráveis para as próximas eleições nacionais, pouco a pouco, se esfumou. As tendências centrífugas obstaculizam toda tentativa de unificar e potenciar eleitoralmente o MAS. Os rebeldes indíge-

nas na Bolívia, que defendem a depuração de seu partido, expulsando de suas fileiras os brancóides oportunistas, se chocam frontalmente com a ideia de Evo Morales, voltada a dois nomes presidenciais, capazes de encantar a eufórica classe média. Enquanto os indígenas na Bolívia estão pensando em um candidato como Choquehuanca ou Andrónico Rodríguez, na Argentina, a cúpula MASista está pensando em um Arce Catacora, ou outro tecnocrata.

O plano de Morales de se tornar o árbitro da política boliviana, desde Buenos Aires, e de criar as condições mais favoráveis para as próximas eleições nacionais, pouco a pouco, se esfumou. As tendências centrífugas obstaculizam toda tentativa de unificar e potenciar eleitoralmente o MAS.

Foi uma surpresa a rebelião dos bastiões mais firmes do MAS, que decidiram não participar de nenhuma convocatória na Argentina, para definir a dupla que os representará nas próximas eleições. A fala recorrente, própria do ambiente, é que os candidatos serão eleitos pelas bases e na Bolívia, não pelas cúpulas instaladas em Buenos Aires. Os aymaras de La Paz e de El Alto já advertiram que seu candidato “inegociável” é Choquehuanca. A poderosa federação indígena de Chuquisaca apoiou a decisão dos integrantes de La

Paz de não participar da convocatória de Morales. Vozes desta natureza estão aparecendo em diferentes pontos do país, evidenciando que no seio do MAS surgem tendências centrífugas, que ameaçam destruir este amontoado sem programa, nem estrutura organizativa de um verdadeiro partido.

Pode-se perceber que esta disputa interna ao MAS se aprofundará quando chegar o momento de definir quais serão os nomes oficiais. As camarilhas diretamente controladas por Evo Morales, provavelmente, manobrarão e acabarão se impondo, e provocando uma maior rebelião nas bases dos diferentes setores, que ainda se encontram sob o controle dos caciques locais, fortemente amarrados às cúpulas MASistas.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.616, do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Publicamos abaixo a posição programática do Partido Operário Revolucionário (POR), seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, diante do novo governo peronista, Alberto Fernández.

POR TRÁS DAS EXPECTATIVAS CRIADAS POR FERNÁNDEZ, SE ESCONDE UMA POLÍTICA DE SAQUE

Assim como fez Macri, em relação ao governo anterior, Fernández também dirá que recebeu um país destruído, para indicar as dificuldades que terá para “colocar a economia em marcha”.

É importante o balanço do governo anterior para analisar o caráter do novo governo. Vai desfazer o saque realizado contra o país e os trabalhadores? Que características terá o regime político?

É falso o slogan de “nunca mais o neoliberalismo”. As imposições do neoliberalismo não foram afetadas. Não se trata de uma batalha “cultural”, pois, é bem material. Enquanto não se acabar com essas bases materiais, não se liquidará o neoliberalismo. A corrupção e o saque são bandeiras utilizadas para desmoralizar o opositor, mas nunca para efetivamente combatê-lo. No regime capitalista, os burgueses expropriadores retêm tudo que expropriaram dos trabalhadores.

Alberto Fernández pede para não ser julgado pelo que não prometeu, pois, somente cumprirá aquilo que promete

Fernández, como todo governo, o julgamos pelo seu caráter de classe, burguês. Não apenas pelo que promete, que é pouco ou nada. Mas, pelas tarefas que historicamente correspondiam à burguesia, mas nunca as cumpriu. Não haverá soberania nacional, bandeira central do nacionalismo burguês.

Fernández quer apresentar como ato de soberania a afirmação de que “não queremos que nos emprestem mais dinheiro”, que “não queremos mais dívida”, que “vamos pagar quando pudermos”. E o coro de bajuladores bate palmas a esse palavreado.

Fernández vai reconhecer a dívida perante o FMI, responsável por ter financiado a quebra de Macri, à custa do país (dinheiro que se evadiu). Sequer promete investigar onde este foi parar. Quem são os saqueadores. VAI PAGAR-LHE TODA A DÍVIDA, uma vez que foi contraída por um governo democrático. Uma mentira para justificar uma terrível capitulação ao imperialismo, isso porque esse endividamento sequer cumpriu as legalidades formais. A dívida, desde que se pague, será uma sangria para a economia nacional. Precisamos de todas essas divisas, para o desenvolvimento da economia! Que não ocorra de novo como no governo da Cristina Kirchner, em que de dilapidaram as divisas, pagando ao FMI, Clube de Paris, REPSOL.

É bem provável que não ficará claro que a dívida contraída por Macri foi um crime contra a nação, como já ocorreu no passado. Pagá-la será a consumação desse crime.

Também vai pagar aos especuladores da dívida privada, apenas pedirá um prazo maior, um desconto, e que lhe deem um tempo a mais, mas, as pagará. Inclusive nomeou Daniel Marx à frente de uma equipe de negociadores da dívida externa: um homem do ex-ministro Cavallo e do capital financeiro.

O novo governo não está disposto a desconhecer os acordos

com o FMI, nem tampouco com os dos tribunais extorquidores do CIADI (tribunais fora do país), aos quais o país se submete.

Tampouco haverá “Justiça Social”, nem industrialização do país, nem se recuperarão os recursos naturais. Pelo contrário, se dará toda a segurança jurídica às multinacionais, para que explorem as riquezas petrolíferas de Vaca Morta. O governo aposta que daí sairão os dólares para pagar a dívida externa.

As multinacionais, os grandes capitais nacionais, os bancos, a oligarquia latifundiária que concentram os principais meios de produção do país, não serão molestados, no máximo, limitarão seus lucros.

Alberto Fernández fará demagogia com a política externa para se mostrar diferente de Macri

Já está fazendo, mesmo que limitadamente a respeito de Evo Morales, Venezuela, Grupo de Lima, Bolsonaro, Lula, etc. Não se deve deixar que Fernández coloque a máscara de progressista. Age como pássaro que canta num lugar, mas vai pôr os ovos em outro, bem guardado. Quer que prestemos atenção a essas questões, para não ver sua política concreta diante das multinacionais, dos bancos e do FMI.

Alberto Fernández começa seu governo atritando com a oligarquia

O setor que mais ganhou nos últimos quatro anos não quer ceder nada. Sabe que é inevitável que lhe apliquem mais impostos ou retenções e, por isso, esperneia antecipadamente para pressionar e diminuir o impacto, ou para conseguir outros benefícios em troca.

A política covarde da burguesia é não se meter com a grande propriedade no campo, não se meter com os agroexportadores, nem com o agronegócio. O máximo que pretende é cobrar um pouco mais de impostos. Não haverá nenhuma solução de fundo, enquanto a grande propriedade da terra continuar nas mãos de um pequeno grupo de latifundiários. Não deixemos que esse conflito engane a população, com a ideia de que o governo briga com “o campo” na “defesa do pão para a mesa dos pobres”.

Fernández afirma que não aumentou as retenções ao campo, mas que eliminou as limitações que Macri estabeleceu. Efetivamente, ainda que o projeto de lei aumente um pouco, Fernández consagra uma redução de impostos para os latifundiários. Comparados com 2015, as retenções à soja passam, de 35%, para 33%; o trigo, de 23%, para 15%; o milho, de 20%, para 15%.

Não desconhecemos os atritos mais ou menos importantes, mas o essencial não está em disputa. O peronismo faz décadas que abandonou suas bandeiras originais e sequer faz demagogia com elas. Para desenvolver o país, é imprescindível acabar com o poder da oligarquia latifundiária, expropriando sem indenização e estatizando toda a terra.

O governo de Fernández não mexerá nos bancos

Os bancos são os maiores parasitas da economia. É uma piada dizer que baixarão gradativamente as taxas de juros, e que serão obrigados a emprestar às pequenas e médias empresas.

No seu discurso inaugural, diz que lançará créditos não-bancários para apoiar as pequenas e médias empresas. Para que servem os bancos, se não querem emprestar sequer valores irrisórios?

O que está colocado é a nacionalização sem indenização do sistema bancário, para monopolizar as divisas, a moeda, o crédito, e não ficar prisioneiros de um pequeno grupo de especuladores, que tiveram ganhos extraordinários, às custas de enterrar a economia.

As petroleiras multinacionais serão as principais beneficiárias

Já em meados de novembro, o agora presidente da YPF, Guillermo Nielsen, anunciou um plano para as petroleiras. Esse plano consiste em “garantir a estabilidade fiscal” (prometendo uma “compensação automática além de juros compensatórios”), “garantia cambiária” ... incluindo, sem limitação, o direito de livre disponibilidade da totalidade das divisas, decorrentes da exportação sem obrigação de repatriação de divisas, o acesso a divisas e giro de utilidades ao exterior”, outros benefícios impositivos, redução a 0% dos direitos de importação, eliminação das retenções nas exportações de gás líquido, estabelecimento das regalias em 5% para os primeiros dez anos, possibilidade de dirimir conflitos entre as petroleiras e o Estado, em tribunais internacionais.

Como se vê, Fernández continua com a política de entregar o petróleo ao imperialismo, seguindo as pegadas de Macri, porém, também as de Kirchner (não esqueçamos o decreto 939 e suas cláusulas secretas para garantir benefícios extraordinários a Chevron). Agora, tentam transformar em lei, para todas as petroleiras, os benefícios que Cristina Kirchner havia outorgado.

Não é casual a nomeação de Alberto Hensel como secretário de Mineração Nacional. Hensel ocupou o mesmo cargo na Província de San Juan, destacando-se como o maior representante da Barrick Gold, e já avisou que vem com tudo: acabar com a lei dos glaciares, e romper com toda resistência à mega mineração. Dois dias depois de assumir, convocou as províncias de Chubut e Mendoza, para avaliar como levantar as restrições à mega mineradoras.

As multinacionais que se apropriam dos nossos recursos são o imperialismo. Não haverá libertação nacional, se não se acaba com seu poder. Os que governam para eles sempre terminam de joelhos perante o amo imperial. Esses compromissos revelam com clareza que Alberto Fernández garantirá o saque do país. Para que os recursos naturais estejam a serviço do povo, e não de um pequeno grupo de empresas, é imperativo impor o monopólio estatal do petróleo e da mineração, expropriando sem indenização, e estatizando todas as multinacionais.

A reforma educacional e da saúde da ditadura e do menemismo continuarão intactas

Por mais demagogia que se faça falando da universidade pública e da saúde, a realidade é que o novo governo, assim como o dos Kirchner, não está disposto a reverter as reformas em matéria de saúde e educação, que realizaram a última ditadura militar e o peronismo dos anos 1990.

O processo de esvaziamento e desmantelamento da saúde e da educação públicas é uma política de Estado da burguesia de-

cadente, implementado por todos seus governos. Esta é a ordem do imperialismo. Só se pode privatizar, se antes se destrói o que é estatal.

A única forma de garantir a educação e a saúde para todos é liquidando todos os negócios, estatizando as escolas, universidades, clínicas e hospitais, acabando com a descentralização menemista, renacionalizando o sistema educacional.

A grande bandeira do novo governo será o combate à fome

Não é um assunto menor, pois, o drama alimentício cresceu extraordinariamente. Mas, a origem do problema é estrutural. As medidas que se estão anunciando têm um baixo custo fiscal, e são de efetividade limitada.

Todos os edifícios públicos, escolas, correios, casa de governo, municipalidades devem ser habilitados como refeitórios públicos, atendidos por funcionários públicos, com provisões adquiridas pelo Estado a melhor preço, para evitar qualquer intermediação. Não queremos que ninguém lucre com a fome da população.

Que solução é essa de entregar um cartão individual com uma carga de dinheiro? Para continuarem adquirindo seus mantimentos no comércio? Entendemos que a melhor forma é abordar coletivamente a solução, o que facilita, por sua vez, a organização social do setor mais atingido, podendo, assim, enfrentar outros aspectos da vida social, tendo como ponto de partida a solução da fome.

É uma impostura afirmar que com o crescimento da economia se criarão mais empregos. Sob o governo de Kirchner, verificou-se uma taxa histórica de crescimento da economia, por um longo período, e, no entanto, não se resolveu o desemprego, nem o trabalho informal, que não ficou abaixo de 30%.

A resposta estrutural é que exista trabalho formal a todos. Que ninguém fique sem seu emprego. A solução é repartir todo o trabalho disponível entre todos os trabalhadores imediatamente, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. O salário mínimo deve ser o que efetivamente custa para viver, nem um peso a menos.

Os revolucionários perante o novo governo

O papel dos revolucionários é falar claramente, partindo do reconhecimento de que a maioria tem grandes ilusões em que este governo poderá resolver muitos dos problemas que se padece. Alertar sobre os limites de classe deste governo, sobre as tendências mundiais que agravam a guerra comercial e a crise econômica internacional, que tende a descarregar sobre os trabalhadores toda a crise capitalista. Dizer com toda clareza que os problemas estruturais não serão resolvidos por um governo burguês por mais discursos que faça. Sua incapacidade para resolver os problemas o levará a se chocar, mais cedo ou mais tarde, com as massas.

Claro que não é o mesmo que Macri, que não é um governo abertamente vinculado ao imperialismo, mas, ao mesmo tempo, não ataca essa forte estrutura de subordinação, que construíram a ditadura e o governo de Menem.

A única resposta possível, a única saída progressiva para a sociedade, é derrubar o capitalismo e seu Estado, impor um verdadeiro governo operário-camponês (da maioria oprimida da cidade e do campo), a ditadura do proletariado, acabando com a grande propriedade privada dos meios de produção, transformando-a em propriedade social (de todos em geral, e de ninguém em particular).

Dezembro de 2019, Extraído do Jornal Massas, nº 362, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Chile

Pontos para um balanço da crise chilena

É preciso assimilar as lições do levante operário e popular chileno. A tarefa da vanguarda é a de compreender as vias pelas quais passará a luta do proletariado pela sua independência.

Caráter do levante

O aumento das passagens foi a gota d'água que fez explodir as graves contradições que, há décadas, vêm se acumulando no país. Contradições que emanam da lei da concentração da riqueza e da miséria, em polos antagônicos da sociedade. A classe operária, os camponeses, os indígenas e a classe média empobrecida padecem da desnacionalização da economia, destruição e privatização dos serviços essenciais. Prevalecem os interesses do capital financeiro sobre as riquezas nacionais. Apenas uma pequeníssima camada burguesa e pequeno-burguesa se enriqueceu.

(...) a luta unitária das massas impulsiona as tendências instintivas à organização independente diante do Estado e da política burguesa. O método da ação direta e o confronto com as forças da repressão, que foram brutais, empurram a vanguarda a recorrer à democracia proletária.

A revolta popular ganhou enorme proporção, porque deu continuidade às lutas da juventude estudantil (em 2006, 2011 e 2012), expressou o descontentamento da classe média empobrecida, e confluiu com o desencadeamento das greves operárias.

As massas se chocaram com o governo e o regime político, partindo da luta contra o sistema privado da aposentadoria, educação e saúde. As reivindicações comuns permitiram o alcance nacional da revolta operária e popular, superando os limites corporativos e setoriais que marcaram as lutas das últimas décadas. Objetivamente, evidenciaram a necessidade do programa de expropriação e estatização dos monopólios, sem indenização, e constituição de um sistema único público para cada uma das funções sociais.

Embriões da organização independente

Os sindicatos, atomizados pela ditadura de Pinochet, foram superados pelas massas em luta. Não puderam responder às reivindicações econômicas, democráticas e políticas do movimento. Eis por que as massas se orientaram – ainda que limitadamente – a criar os germes da auto-organização (assembleias populares, comitês de base, etc.). Embrionariamente, refletiram a organização independente, que foram os cordões industriais, organismos de poder próprios do proletariado, limitados pela política de conciliação de classes da Unidade Popular (Partido Comunista e Partido Socialista), e destruídos pelo golpe contrarrevolucionário, de 1973.

O essencial dessa constatação está em que a luta unitária das massas impulsiona as tendências instintivas à organização independente do Estado e da política burguesa. O método da ação direta e o confronto com as forças da repressão, que fo-

ram brutais, empurram a vanguarda a recorrer à democracia proletária.

Presença da classe operária

Embora o movimento estivesse marcado pela revolta da pequena burguesia urbana, a classe operária não deixou de se apresentar como força decisiva para a luta. As assembleias foram realizadas nos locais de trabalho, e amplos setores do proletariado se integraram à revolta popular. Fortaleceram a auto-organização popular, criada localmente. Tudo indica que o proletariado não teve maior projeção devido ao seu baixo desenvolvimento organizativo, não podendo retomar suas tradições classistas dos cordões industriais, da década de 1970.

Freio da burocracia sindical

A burocracia estalinista controlou até onde pôde a revolta operária nas fábricas. Demonstrou-se tão venal, que sequer foi capaz de chamar e preparar uma greve contra a lei que permite a militarização e ocupação militar dos ramos estratégicos da indústria e dos serviços, aprovada por Piñera, em novembro, com o claro objetivo de militarizar as relações de produção.

No auge do choque das massas com a ditadura civil de Piñera, a burocracia sindical, acompanhada do Partido Comunista, procurou a via da institucionalidade burguesa e das negociatas, para dividir e refluir o movimento.

As condições para um novo levante

Permanecem as condições materiais, que impulsionaram o movimento. Suas raízes econômicas e de classe se acham na condição semicolonial do Chile, submetido à opressão imperialista. A trágica experiência do governo de Unidade Popular, que foi incapaz de derrubar o poder da burguesia e estabelecer a real independência nacional, e o golpe fascista, abriram caminho para o imperialismo penetrar mais profundamente no País. As contrarreformas pinochetistas levaram a uma alta concentração da riqueza controlada pela ultraminoria, e a ampla pobreza da maioria. A retomada da democracia parlamentar serviu tão somente para dar uma solução institucional à ditadura moribunda, e dar continuidade às contrarreformas. A precarização do sistema de Previdência, completamente privatizado, e a elitização do ensino, também amplamente privatizado, são reflexos da opressão de classe e imperialista.

A vitória do movimento dependia de não se desviar das reivindicações que soldaram a unidade dos assalariados, e constituir os organismos de duplo poder das massas. E fortalecer o método da ação direta e da organização coletiva e

independente. Por esse caminho, as massas encontrariam os meios para responder à brutal repressão de Piñera. A intervenção policial-militar foi a primeira ação para quebrar o ímpeto dos explorados. Em seguida, a burguesia e seus representantes recorreram às manobras políticas. A bandeira de reforma constitucional, de Constituinte, serviu ao governo, à oposição socialdemocrata e ao estalinismo, para romper a unidade e o impulso das massas. A ausência da direção revolucionária se destacou como fator fundamental dos limites organizativos da luta e de seu desvio para a reforma institucional do regime político, que carrega as heranças da ditadura de Pinochet. Sem uma direção política clara, e sem um programa de unidade revolucionária das massas, o movimento perdeu força.

Natureza do regime político

A democracia formal foi desmascarada, ao se evidenciar como instrumento da ditadura de classe da burguesia. Transpareceram, também, os fios de continuidade do regime ditatorial de Pinochet. Veio à superfície a real natureza do regime político imposto a sangue e fogo pela contrarrevolução pinochetista, em 1973. De forma que a brutal violência reacionária e os métodos de guerra civil mostraram a real face ditatorial e fascizante do Estado chileno.

A Constituição aprovada nos estertores da ditadura expressou a continuidade dos pilares econômicos, institucionais e sociais edificados pelo pinochetismo, determinando o curso e os limites da redemocratização. O reatamento da democracia formal se estancou, portanto, à porta da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção e do domínio imperialista sobre o país.

Nenhum governo eleito ousou destruir, ou sequer alterar, essa maldita herança. Os governos da socialdemocracia chilena e seus aliados, a exemplo do Partido Comunista do Chile (PCCH), conservaram a estrutura política e jurídica do pinochetismo. Suas alterações posteriores não modificaram em nada as bases, que fizeram do país uma colônia norte-americana. O Chile se tornou, assim, no modelo de como a burguesia imperialista necessita de uma alternância eleitoral controlada e delimitada pelos seus interesses, garantindo seus ditames pela ação ditatorial de um Estado policial.

Ofensiva burguesa contra as massas

Uma ampla frente burguesa em defesa do “Estado de Direito”, que abarcou desde a direita até a esquerda burguesa e pequeno-burguesa, realizou uma ofensiva para desmontar o movimento, arrastando as massas por trás da farsa do plesbício constitucional.

A promessa de redigir uma nova Constituição “democrática”, porém, acabará abortada pela negativa da burguesia, da alta burocracia e da casta militar, de alterar as bases sobre as quais parasitam as riquezas nacionais e sacrificam os explorados.

Socialistas e estalinistas são peças-chaves desse golpe contra o movimento. O cretinismo chegou ao ponto de aproveitar a rejeição dos explorados ao governo Piñera (89% de desapro-

vação), para se fortalecer eleitoralmente, se apresentando como uma alternativa de governo. Como assinalou acertadamente o POR do Chile, “*A Assembleia Constituinte lhes permitiria reacomodar seus interesses ... negociando em nome do povo mobilizado*”.

Essa denúncia expõe de corpo inteiro os nacional-reformistas, como coveiros do levante popular. No passado, a Frente Popular jogou o mesmo papel, quando desmontou o levante operário, materializado nos cordões industriais contra as manobras golpistas da direita pinochetista. O governo de Unidade Popular, de Salvador Allende, ao se apoiar nas Forças Armadas, como garantia do “Estado de Direito”, enterrou o curso da revolução social. Essa experiência projeta sua sombra na ação dos socialdemocratas e estalinistas, em frear o combate dos explorados contra o governo de Piñera.

Acerto da linha do POR do Chile

A forma explosiva, desordenada e, em grande medida, espontânea, indicou a necessidade de constituir a direção revolucionária: o partido marxista-leninista-trotskista. Não há outra via para a classe operária se colocar como direção da maioria oprimida e dirigi-la, sob a estratégia da revolução e ditadura

proletárias, a não ser pondo em pé o seu partido.

O Comitê Construtor do POR interveio sistematicamente na luta. Assumiu as reivindicações das massas e trabalhou pela sua vitória. Apesar de embrionário, somente o POR chamou os explorados a confiarem apenas em suas próprias forças e métodos de luta. Denunciou os “socialistas” e estalinistas como traidores. Alertou as massas sobre as armadilhas políticas da burguesia. Rechaçou a posição dos “socialistas” e estalinistas, de canalizar o movimento das massas

para soluções institucionais. Guiou-se, em todo momento, pela estratégia do governo operário e camponês.

Quando surgiram os germes da auto-organização das massas, o POR chamou a unificação nacional “*mediante delegados eleitos em votação aberta*”. Somente assim, afirmou ser possível que os “operários, portuários, pescadores, agrícolas, transporte de carga e passageiros garantissem o controle operário, para manter o abastecimento da população” e exercerem “o controle operário das finanças, distribuição e comercialização”. E, sobre essa base, assinalou a necessidade de constituir uma Frente Única Anti-imperialista.

Essa “*plataforma de transição da classe operária*” era e é a única capaz de “*tirar o país da opressão burguesa e imperialista*”. Como se vê, o POR fez de tudo, na medida de suas forças, para firmar a plataforma de reivindicações, que se chocava com os interesses da burguesia e do imperialismo, em contraposição à farsa burguesa da “Constituição democrática”.

Reivindicamos o acerto da política do POR do Chile, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, que manteve bem em alto os princípios leninistas, de que é necessário evidenciar, em cada momento da luta das massas, a ditadura de classe dos capitalistas e propagandear a estratégia revolucionária do proletariado.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas, nº 601, apresentamos algumas formulações de Lênin, que constam do folheto “Poderão os bolcheviques manter o poder?”. Damos continuidade à sua exposição. Lembremos que esse folheto resultou da resposta de Lênin aos mencheviques e socialistas revolucionários, que questionaram a possibilidade dos bolcheviques dirigirem a revolução e, caso conquistassem o poder, não conseguiriam mantê-lo. Na exposição anterior, destacamos seis pontos, com os quais Lênin mostra o caráter proletário da revolução, e a capacidade da maioria oprimida de, não só impor a derrota à burguesia, como tomar em suas mãos a condução da economia. Entre eles, nos deparamos com uma profunda análise da natureza histórica dos soviets, como base do novo poder socialista. Passamos, agora, a outras fundamentações.

Lênin destaca a importância de a revolução ter avançado no terreno do controle operário da produção e distribuição. Mostra a inconsistência do argumento dos adversários, que diziam que a bandeira do controle operário era sindicalista. Em absoluto, respondeu Lênin: “O sindicalismo, ou rechaça a ditadura revolucionária do proletariado, ou a relega ao último plano, da mesma forma que faz com o poder político em geral. Ao contrário, nós a colocamos em primeiro plano”.

A conquista do poder colocaria imediatamente inúmeras dificuldades. Uma delas seria precisamente desenvolver o controle operário, com o qual tornar-se-ia possível a “instauração, em escala nacional, de um sistema mais preciso, metódico, de registro e controle sobre a produção e distribuição de produtos”. Sob o Estado operário, portanto, sob a ditadura do proletariado, o controle operário da produção se potencia, de maneira que pode cumprir essa tarefa, de “registro da produção e distribuição dos produtos por todo o povo, universal, onipresente, mais preciso e escrupuloso”.

Lênin mostrou que, além do aparato de opressão, como o exército, a polícia e a burocracia, que deverão ser destruídos, a burguesia constituía outro aparato “intimamente vinculado com os bancos e os consórcios, um aparato que realiza, um vasto trabalho de contabilidade e registro”. E concluiu: “Este aparato não pode nem deve ser destruído. O que há de se fazer é arrancá-lo do controle dos capitalistas; há que separar, bloquear a comunicação, isolar os capitalistas, e os elos que eles manejam, deste aparato; há que subordiná-lo aos soviets proletários; há que torná-los mais vasto, mais universal, mais popular. Isso se pode conseguir, apoiando-se nas conquistas já realizadas pelo grande capitalismo (assim como a revolução proletária pode, em geral, conseguir seu objetivo, somente se apoiando nessas conquistas). O capitalismo criou um aparato de registro em forma de bancos, consórcios, serviços postais, sociedades

de consumidores e sindicatos de empregados públicos. Sem grandes bancos, o socialismo seria irrealizável”.

Lênin indicou que a expropriação do capital financeiro e a formação de um só banco do Estado “constituirá a nona décima parte do aparato socialista”. Estabelecida uma “contabilidade nacional, um registro nacional de produção e distribuição”, o Estado operário teria, por assim dizer, “o esqueleto da sociedade socialista”. Nas condições em que se encontrava o andamento da revolução, Lênin via o controle operário da produção e estatização do sistema bancário anteriores à própria expropriação geral da burguesia.

Uma vez que a classe operária constituísse o seu poder assentado nos soviets, a capacidade criadora das massas se potencializaria ainda mais. O oportunismo pequeno-burguês

cegava os mencheviques e socialistas revolucionários, quanto à capacidade do proletariado e demais camadas dos oprimidos exercerem as suas faculdades criadoras. A democracia proletária já havia demonstrado ser um fator histórico das transformações do capitalismo em socialismo. Lênin frisou que “é importante introduzir mais democracia no governo de um Estado proletário”.

Estabelecidos esses controles, regidos pela organização soviética e pela

democracia proletária, se tornava possível utilizar tudo aquilo que o capitalismo havia construído como fator de progresso das forças produtivas. Certamente, a classe operária no poder, em aliança com o campesinato pobre, teria de quebrar, não só a resistência ativa da burguesia, mas também a passiva. O princípio de que “quem não trabalha não come” passaria a ser aplicado rigorosamente, inclusive para os membros da burguesia. Lênin argumentou que não basta “eliminar” os capitalistas. É preciso “colocá-los a serviço do novo Estado”. Evidentemente, “depois de eliminar os ‘resistentes’, indesejáveis e incorrigíveis”. O que seria “aplicável, tanto aos capitalistas, como ao setor superior dos intelectuais burgueses, empregados públicos, etc.”. Lênin se antecipa, mostrando que não há nada de utopia nessa transformação, uma vez que se sabe, que “um trabalhador não qualificado ou uma cozinheira não são capazes de dirigir imediatamente o Estado”. Ao lado dessa movimentação, se constituía uma milícia operária, que gradualmente se transformaria “em uma milícia de todo o povo”. Lênin concluiu: “Os operários com consciência de classe devem dirigir, mas, para o trabalho de administração, podem envolver as amplas massas de trabalhadores e oprimidos”. Estava claro que não havia outro caminho, senão aprender a governar. Em outras palavras, estava colocada a tarefa de “implantar imediatamente um verdadeiro autogoverno do povo”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)